



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ANA CLÁUDIA CAVALCANTI DE ARAÚJO

**A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO
DA PARAÍBA: tendências de privatização no período 2011 a 2018**

João Pessoa/PB

2021

ANA CLÁUDIA CAVALCANTI DE ARAÚJO

**A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO
DA PARAÍBA: tendências de privatização no período 2011 a 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena de Pedagogia, do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr. Maria Aparecida Nunes Pereira

João Pessoa/PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663r Araujo, Ana Claudia Cavalcanti de.

A relação público-privado na educação básica no estado da Paraíba: tendências de privatização no período 2011 a 2018 / Ana Claudia Cavalcanti de Araujo. - João Pessoa, 2021.

71 f. : il.

Orientação: Maria Aparecida Nunes Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação - Paraíba. 2. Educação - privatização. 3. Organizações sociais. 4. Ensino - público. 5. Ensino - privado. I. Pereira, Maria Aparecida Nunes. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 37(813.3)(043.2)

ANA CLÁUDIA CAVALCANTI DE ARAÚJO

**A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DA
PARAÍBA: tendências de privatização no período 2011 a 2018**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena de Pedagogia, do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 06/12/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Nunes Pereira (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Rhoberta Santana de Araújo

Prof.^a Dr.^a Maria da Salete Barboza de Farias

João Pessoa/PB

2021

DEDICATÓRIA

A todos os profissionais da educação, que apesar de todos os movimentos contrários à classe profissional e sem a devida valorização, permanecem firmes no propósito de exercerem seu trabalho com dedicação por acreditarem num futuro melhor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, por ser a base das minhas conquistas.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

Ao meu esposo Noedson e aos meus filhos, Rafael e Lucas, por sempre estarem ao meu lado, torcendo e sonhando juntos.

A todos os professores do Curso por me ensinarem a valorizar e enxergar a educação como uma ferramenta capaz de transformar o mundo.

Aos novos amigos e amigas conquistados nessa caminhada, especialmente a Thaís, um verdadeiro presente da graduação.

Um agradecimento especial ao professor Luiz de Sousa Junior (*in memoriam*), um exemplo de educador, pesquisador e defensor da educação pública de qualidade. Agradeço por ter tido a chance de conviver e usufruir dos seus ensinamentos.

A minha orientadora, professora Maria Aparecida Nunes Pereira, por gentilmente ter me aceitado como sua orientanda. Meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação público-privado na educação básica no estado da Paraíba, no período de 2011 a 2018, destacando a gestão das escolas estaduais pelas Organizações Sociais. Para compreender o contexto e a lógica do redesenho do público e do privado na rede de ensino estadual da Paraíba, nos pautamos no enfoque de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, bibliográfica e documental. Os resultados alcançados com a pesquisa revelaram que as parcerias público-privadas no estado da Paraíba, notadamente com a gestão pactuada com as Organizações Sociais, representam uma estratégia de privatização da gestão educacional da rede pública de ensino que se concretizou através de expressivas transferências financeiras para as instituições privadas, e que seguem a lógica neoliberal de adequar a gestão educacional às condições do mercado. Dada a pertinência dessa temática para a educação, acreditamos que este trabalho contribuirá para a compreensão da relação histórica entre o público e o privado.

Palavras-chave: Parceria Público-Privada na Educação. Privatização da Educação. Organizações Sociais.

ABSTRACT

This work intends to analyze the public-private relationship in basic education in the state of Paraíba, from 2011 to 2018, highlighting the management of state schools by Social Organizations. To understand the context and logic of public and private redesign in the state education system of Paraíba, we focus on a qualitative exploratory, bibliographical and documentary research approach. The results achieved with the research revealed that the public-private partnerships in the state of Paraíba, notably with the co-management with the Social Organizations, represent a privatization strategy of the educational management of the public education system that was materialized through expressive financial transfers to private institutions, and that follow the neoliberal logic of adapting educational management to market conditions. Given the relevance of this theme for education, we believe that this work will contribute to the understanding of the historical relationship between the public and the private.

Keywords: Public-Private Partnership in Education. Privatization of Education; Social Organizations.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Atores, programas e incidência privada na rede estadual da educação da Paraíba – 2015/2018	48
Quadro 2: Distribuição geográfica-espacial das unidades escolares contempladas com a gestão pactuada	55
Quadro 3: Dimensões e variáveis para Gestão Pactuada	55/56
Quadro 4: Peso dos grupos de indicadores na nota global da avaliação da Organização Social	59
Quadro 5: Pontuação global, conceito e impactos na gestão das Organizações Sociais	59

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Caracterização das Mesorregiões da Paraíba	40
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Levantamento de desempenho estimado por lote em reais	62
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEE** – Atendimento Educacional Especializado
- CEARTE** – Centro de Estadual de Arte
- CEE** – Conselho Estadual de Educação
- ECI** – Escola Cidadã Integral
- ECIT** – Escola Cidadã Integral Tecnologia
- ECIS** – Escola Cidadã Integral Socioeducativa
- ECOS** – Espaço Cidadania e Oportunidades Sociais
- ENADE** - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
- ENAPE** – Escola Nacional de Administração Pública
- ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio
- FUNAD** – Fundação Nacional
- FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
- GRE** – Gerência Regional de Ensino
- GREPPE** – Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Educacionais
- ICE** – Índice de Clima Escolar
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDEPB** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Estado da Paraíba
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHM** – índice de Desenvolvimento Humano Município
- IEF** – Índice de Equilíbrio Financeiro
- IME** – Índice de Satisfação da Merenda Escolar
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- INSAÚDE** – Instituto Nacional de Pesquisa e Gestão em Saúde
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MARE** – Ministério da Administração e Reforma do Estado
- MEC** - Ministério da Educação
- NGP** – Nova Gestão Pública
- OS** – Organização Social
- OSC** – Organizações da Sociedade Civil
- OSCIP** – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
- PDE** – Plano de Desenvolvimento da Educação
- PDRAE** – Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
- PEE** – Plano Estadual de Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PIP – Projeto de Integração Pedagógica

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PPPE – Parceria Público Privado na Educação

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PPPE – Parcerias Público-Privado na Educação

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SEE – Secretaria Estadual de Ensino

TGE – Tecnologia em Gestão Educacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: reflexões sobre as novas formas de atuação do Estado na política educacional	16
2.1 Políticas Neoliberais e da Terceira Via	16
2.2 A NGP e a Reforma do Estado brasileiro	23
2.3 A educação básica no contexto da reforma gerencialista: PPPE	28
3 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DA PARAIBA NO PERÍODO DE 2011 A 2018.....	39
3.1 Contexto da rede estadual de ensino da Paraíba	39
3.2 Privatização da política educacional da Paraíba.....	47
3.2.1 Atores e programas na rede estadual de ensino	47
3.2.2 O programa de gestão pactuada: atuação das Organizações Sociais ECOS e INSAÚDE	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca conhecer e compreender a concretização das parcerias público-privadas na educação básica da rede estadual de ensino da Paraíba, no período que compreende os dois mandatos do governo Ricardo Coutinho (2011/2014 – 2015/2018), destacando a gestão pactuada das escolas estaduais pelas Organizações Sociais.

A compreensão sobre os diferentes modos de atuação do público e do privado na educação básica é uma discussão necessária para o entendimento do redesenho das relações presentes entre o Estado e a sociedade civil na contemporaneidade, ressaltando o aumento da participação do setor privado nesse segmento educacional.

Apesar do debate sobre a participação da iniciativa privada na educação brasileira não ser recente, estando presente ao longo da história, desde os embates entre católicos, liberais e positivistas no período da Proclamação da República, passando pela aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), à promulgação da Constituição Federal de 1988, ele se tornou mais frequente a partir dos anos de 1990, com a reforma do Estado brasileiro, adentrando no novo século a partir da formulação, em 2004, de um marco legal das parcerias público-privadas, através da Lei n.º 11.079 de 30 de dezembro de 2004

Esse movimento do aumento da presença do setor privado na educação básica faz parte de um movimento mais amplo que corresponde a crise do capitalismo, no qual se instalam novos modos de conformação do público e do privado, apresentando como resultado no cenário nacional uma educação pública subordinada ao setor privado com fins lucrativos (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2001).

No Brasil, a partir da década de 1990, inspirado na Nova Gestão Pública (NGP), foram implementadas reformas educativas, previstas no Plano Diretor do Aparelho de Estado (PDRAE)¹, que favoreceram a participação do setor privado no âmbito educacional, destacando-se novas estratégias que passaram a compor programas de governo de diversos Estados e Municípios do país. O resultado foi um redesenho da atuação do poder público na educação, com redução da participação do Estado, que

¹ O PDRAE foi implantado pelo ministro Bresser Pereira, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Aparelho de Estado – MARE, com a justificativa de promover a eficiência e a eficácia da gestão pública, no governo de Fernando Henrique Cardoso em novembro de 1995.

permaneceu como financiador e avaliador das políticas educacionais, e aumento da participação das atividades e serviços do setor privado que passaram a ser geridos pela lógica de mercado, contemplando as dimensões da oferta educacional, da gestão da política educacional e do currículo. (ADRIÃO; PERONI, 2009; ADRIÃO, 2017).

Nesse cenário de novas configurações do público e do privado na educação básica, o estado da Paraíba, no período em estudo que corresponde as duas gestões do governo de Ricardo Coutinho (2011/2014 – 2015/2018), pautado nas diretrizes gerenciais da NGP, passa a concretizar parcerias público-privadas e processos de privatização nas políticas públicas de uma forma geral, particularmente, no âmbito da educação.

A partir da concretização das parcerias público-privadas na educação pública estadual da Paraíba, adotadas pelo governo estadual, a questão norteadora elencada para esta pesquisa foi: Como o governo de Ricardo Coutinho optou pela implementação de políticas que impulsionaram o processo de privatização na esfera da educação básica em nosso Estado?

Isto posto, elencamos como objetivo geral deste estudo, analisar a relação público-privado na educação da Paraíba, no período do governo de Ricardo Coutinho (2011/2014 e 2015/2018), e a sua conseqüente tendência de privatização na política educacional, destacando a gestão das escolas estaduais para as Organizações Sociais. E, para concretizar tal objetivo, destacamos os seguintes objetivos específicos:

- Examinar a trajetória da relação público-privado da educação básica no Brasil, a partir do contexto da reforma gerencialista, implementada no país na década de 1990;
- Compreender o processo de reforma da educação na Paraíba que conduziu a implementação de parcerias público-privadas na educação básica estadual, no governo Ricardo Coutinho;
- Investigar o processo que suscitou a transferência da gestão das escolas estaduais da Paraíba para as Organizações Sociais ocorridas no segundo governo de Ricardo Coutinho (2015/2018).

Para compreender o contexto e a lógica do redesenho do público e do privado na educação básica estadual da Paraíba, nos pautamos no enfoque de uma pesquisa

qualitativa de natureza exploratória, documental e bibliográfica. Destacando a importância de uma análise documental, no qual “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (LAKATOS; MARCONI, 2003 p. 174).

Faz parte desse arcabouço jurídico, no âmbito federal e estadual, os seguintes documentos:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no que se referem ao direito à educação e à gestão escolar, Lei.º 9.934, de 20 de dezembro de 1996
- Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998 - Lei das Organizações Sociais;
- Emenda Constitucional n.º 19, de 04 de junho de 1998 – modifica os princípios e normas da Administração Pública;
- Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004 – Lei das Parcerias Público Privadas;
- Lei n.º 13.019 de 31 de julho de 2014 - Marco regulatório da sociedade civil – MRSC
- Lei n.º 9.454, de outubro de 2011;
- Edital de seleção n.º 001/2017/SEAD/SEE
- Contratos de gestão pactuados das Organizações Sociais ECOS e INSAÚDE.

Como o conjunto dessa legislação está inserido no contexto em que o neoliberalismo tem início em nosso país, é necessário compreendê-la através de uma perspectiva histórica, destacando as modificações ocorridas no cenário mundial, que reverberaram na esfera nacional, e, que por sua vez, têm um impacto no âmbito local, com a criação de uma legislação estadual própria, permitindo que instituições privadas atuem na esfera da educação pública.

Nesse sentido, entende-se que o estudo de uma legislação específica para a compreensão do objeto de estudo é um instrumento imprescindível para desenvolver uma análise crítica sobre a atuação de entidades privadas na educação pública, considerando que tal estudo funciona como um elemento mediador entre a situação real e aquela que é considerada desejável, e que reflete as contradições existentes, nos permitindo detectar os fatores condicionantes da ação educativa (SAVIANI, 1999).

Com relação à pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico destacamos sua importância entendendo que:

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 158).

Assim, nessa pesquisa, elegemos artigos publicados em revistas e periódicos acadêmicos, destacando autores de relevância nacional como: Adrião (2005; 2017; 2018); Peroni (2009); Freitas (2012) e Dourado; Bueno (2001). E, também pesquisadores que estudam a política educacional paraibana, como: Silva (2019) e Sousa Junior (2020; 2021)

O interesse pela temática em questão está ligado à minha inserção no grupo de estudos e pesquisa sobre gestão e financiamento da educação (GREFIN), sob a coordenação do professor Dr. ^o Luiz de Sousa Junior e da professora Dr.^a Maria Aparecida Nunes Pereira. A partir das discussões do grupo, surgiu o desejo de compreender a relação público-privado no estado da Paraíba, e as formas de privatização implantadas na educação pública no nosso Estado.

O presente estudo está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo se constitui destas considerações iniciais, na qual são apresentados os aspectos mais gerais do trabalho, o objeto de pesquisa, os objetivos, a problematização e a metodologia de pesquisa.

O capítulo dois analisa a fronteira entre a relação público-privada na educação brasileira, a partir da crise do capitalismo e da reforma do Estado brasileiro, na década de 1990, até da formação das Parcerias Público-Privadas na Educação (PPPE).

No capítulo três abordamos a política educacional do estado da Paraíba, no governo Ricardo Coutinho (2011/2014 – 2015/2018) e as parcerias envolvendo o poder público e os atores privados, destacando a participação do setor privado na rede estadual de educação básica, especificamente com as Organizações Sociais.

Nas considerações finais, ressaltamos a relevância e a contribuição dessa investigação para o debate sobre a participação do setor privado na educação pública nacional, em particular na educação pública da Paraíba.

2 PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: reflexões sobre as novas formas de atuação do Estado na política educacional

Neste capítulo analisamos o caminho seguido pela política nacional para entender o movimento da formação das parcerias público-privadas, especificamente na prestação dos serviços educacionais.

Para o entendimento desse movimento que provocou esse redesenho no campo educacional discutimos, inicialmente, as reformas neoliberais e da Terceira Via, que acarretaram na implementação da nova gestão pública (NGP), instituída no Brasil, a partir da década de 1990, e que serviu de parâmetro para todas as reformas na esfera pública, que aconteceram a partir daquele momento. Em seguida, analisamos as implicações da reforma ocorrida no aparelho do Estado, que modificou as relações entre as esferas públicas e privadas, passando a configurar um novo emaranhado de parcerias, representadas pelas parcerias público-privadas na educação (PPPE).

2.1 Políticas Neoliberais e da Terceira Via

O movimento de formação das parcerias público-privadas nos serviços educacionais pode ser entendido a partir da crise do capitalismo da década de 1970, pois é nesse contexto que o capital passa a utilizar estratégias que vão impactar a dinâmica da dicotomia público x privado.

Mészáros (2011) caracteriza a crise do capital como uma crise estrutural que se revela em quatro aspectos: no seu caráter universal; no seu alcance global; na sua escala de tempo extensa, considerada permanente; e, na forma menos chamativo de se desdobrar, apontado como um modo mais rastejante.

Nesse sentido, as condições de aprofundamento da crise estrutural do sistema e os problemas do Estado tornam-se cada vez maiores, pois,

[...] na forma há muito estabelecida do processo de tomada de decisão política global, o Estado deveria proporcionar a solução para os vários problemas que obscurecem nosso horizonte, mas não consegue fazê-lo. Pelo contrário, tentativas de medidas corretivas do Estado – desde intervenções perigosas para enfrentar colapsos financeiros graves em

uma escala monumental, incluindo as operações de resgate do capitalismo privado realizado pela sempre crescente dívida pública da ordem de trilhões de dólares – parecem agravar os problemas, apesar das vãs garantias em contrários (MÉSZÁROS, 2015, p.15).

A partir dessa crise estrutural, o capital passa a avançar de modo explosivo sobre a natureza, sobre o homem e sobre o mundo do trabalho, criando uma situação insustentável, um sistema inerentemente contraditório e que evolui de maneira aparentemente incontrolável, entendendo que:

[...] o capital só pode funcionar por meio de contradições, ele tanto cria como destrói a família; produz a geração jovem economicamente independente com sua “cultura jovem” e a arruína; gera as condições de uma velhice potencialmente confortável, com reservas sociais adequadas, para sacrificá-las aos interesses de sua infernal maquinaria de guerra. Seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 802).

Mészáros (2011, p. 807) ressalta que o “capital é uma força extremamente eficiente para mobilizar os complexos recursos produtivos de uma sociedade muito fragmentada”. Um modo de produção voltado para a acumulação e o lucro, que busca continuamente a expansão e a inovação, no qual o dinheiro é sempre enviado na busca de mais dinheiro.

E nessa busca de mais dinheiro, acumulação e lucro, Harvey (2011) descreve a movimentação do capital por sete “esferas de atividade”, compreendidas como: tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e concepções mentais do mundo. Dentre essas esferas, o autor destacou a produção de novas formas tecnológicas e organizacionais por causarem efeitos profundos nas relações sociais, e na relação com a natureza.

A trajetória evolutiva do capitalismo se desenvolve nas “esferas de atividade”, consideradas como um conjunto de arranjos institucionais e estruturas administrativas, em que essas instituições evoluem por conta própria, mas que no momento de crise são forçadas a se adaptarem, provocando mudanças nas relações sociais. Para Harvey (2011) o resultado desse processo de avanço do capital nessas

atividades é entendido como parte das políticas neoliberais que impactaram diretamente o Estado, a sociedade e a educação.

Assim, a crise do capital nas economias ocidentais teve como consequência a implantação de um processo de reestruturação do capital com o objetivo de recuperar o seu ciclo produtivo. Para alcançar esse objetivo foram definidas algumas estratégias como o neoliberalismo, a globalização, a reestruturação produtiva e a Terceira Via, que são responsáveis por redefinir o papel do Estado, diminuindo a sua atuação como executor das políticas sociais de uma forma geral, especificamente da política educacional, impactando diretamente a relação público-privado (PERONI, 2006).

A partir desse contexto de crise do capitalismo, foi retomada a ideia dos princípios das leis naturais de mercado e instituído um movimento denominado de neoliberalismo, que teve como documento de referência o livro *O caminho da servidão*, de 1944, do economista austríaco Friedrich Von Hayek, ganhador do prêmio Nobel da economia de 1974 e um dos mais destacados ultraliberais do século XX .

Na sua obra, Hayek, tece uma crítica sobre qualquer medida política, econômica e social que se direcione à coletividade, especialmente às intenções das correntes de pensamento socialista que foram desenvolvidas na União Soviética. A obra de Hayek, escrita com propósitos políticos, defendia a ideia de que “a ascensão do nazismo e do fascismo não foi uma reação contra as tendências socialistas do período precedente, mas o resultado dessas mesmas tendências” (HAYEK, 1990, p. 32), tal direcionamento colocou fim à liberdade, considerada pelo autor, o princípio fundamental da sociabilidade humana (ARAÚJO, 2021).

De acordo com Anderson (2008), o movimento neoliberal surge logo após a II Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, locais de dominação do capitalismo, e tinha como alvo imediato o Partido Trabalhista Inglês, que ganhou a eleição geral de 1945 na Inglaterra. Com a vitória do Partido Trabalhista Inglês e a consolidação das bases do Estado de Bem-Estar Social na Europa, Hayek convoca uma reunião na estação de *Mont Pèlerin*, na Suíça, com pensadores que como ele compartilhavam da mesma orientação ideológica.

Essa reunião ficou conhecida como a Sociedade de *Mont Pèlerin*, que tinha como propósito “combater o keynesianismo e o solidarismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 2008, p.10), e entre os participantes estavam presentes

pensadores como: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros.

As ideias neoliberais da Sociedade de *Mont Pèlerin* só passaram a ser aceitas no final da era de ouro do capitalismo e sua conseqüente crise, pois, para Hayek as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo dos sindicatos e no movimento operário que “havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 2008, p. 10).

O neoliberalismo é entendido, de um modo geral, como uma ideologia filosófica e econômica do novo ciclo do capitalismo contemporâneo. Para Moraes (2001) o termo neoliberalismo é definido como:

a) Uma forma de ver e julgar o mundo social; b) um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria *think tanks*, isto é, centros de geração de ideias e programas de difusão e promoção de eventos; c) um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e propagandeadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945), isto é, pelo Banco Mundial e por Fundo Monetário Internacional – FMI (MORAES, 2001, p.5).

Nessa perspectiva, o Estado neoliberal passa a ter outras atribuições, dentre essas Harvey (2008) destaca:

[...] favorecer os direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercado de livre funcionamento e do livre comércio. [...] O arcabouço legal disso são as obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado. [...] O Estado tem, portanto, de usar seu monopólio dos meios de violência para preservar a todo o custo essas liberdades. Por extensão, considera-se um bem fundamental a liberdade de negócios e corporações (vistos legalmente como indivíduos) de operar nesse arcabouço institucional de livres mercados e livre comércio. A empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas as chaves da inovação e da criação da riqueza. (HARVEY, 2008, p.75).

Constatamos que a partir desse contexto, o ideário neoliberal promove a efetivação do Estado mínimo, ou seja, a transferência de suas responsabilidades sociais para a iniciativa privada, considerado por Anderson (2008) como a síntese do projeto neoliberal.

Para a teoria neoliberal é o Estado que vem passando por uma crise porque gastou demais com as políticas sociais, gerando uma crise fiscal. A solução proposta para crise do Estado são as políticas de privatização e desregulamentação, provocando assim o Estado mínimo. Peroni (2006) destaca que:

[...] o Estado mínimo proposto é mínimo apenas para as políticas sociais, sendo máximo para o capital, pois, de um lado, ele é chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação, e por outro lado é preciso criar um bom clima de negócios para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e lucrativas (PERONI, 2006, p. 14).

Quanto às proposições neoliberais para a educação, Araújo (2021) destaca em seu estudo, que o principal teórico Friedman (1985), economista norte-americano, ideólogo e defensor do liberalismo na versão conservadora da nova direita, influenciou fortemente a implementação das políticas educacionais nas décadas de 1980 e 1990, e que se fazem presentes até os dias atuais.

Em seu posicionamento, Friedman (1985), teceu também duras críticas ao Estado provedor, considerado o grande causador da ampliação do *déficit* público, ao destinar recursos para programas sociais. O aumento do déficit, combinado às altas taxas de inflação trazia como consequência o desestímulo da concorrência, que repercutia negativamente na família, uma vez que desestimulava os estudos, trazendo como impacto o aumento da criminalidade na sociedade.

Para evitar tal situação, o Estado deveria limitar seus investimentos nos programas assistencialistas apenas para as classes que apresentavam um alto nível de vulnerabilidade econômica e social, restringindo os gastos sociais, e até mesmo encerrando muitos programas sociais públicos. “[...] De fato, para Friedman, é o próprio Estado de bem-estar social – o sistema de políticas sociais – o responsável por muitos ou quase todos os males que nos afligem e que têm a ver com a crise econômica e o papel do Estado” (ANDERSON, 2008, p.32).

Entretanto, apesar das críticas direcionadas ao Estado provedor, Friedman (1985) defendia a necessidade da participação do governo na economia, mesmo em uma economia liberal. Porém, não um Estado interventor, como pode ser observado em sua justificativa.

A existência de um mercado livre não elimina, evidentemente, a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial

para a determinação das regras do jogo e um árbitro para interpretar e pôr em vigor as regras estabelecidas. O que o mercado faz é reduzir sensivelmente o número de questões que devem ser decididas por meios políticos – e, por isso, minimizar a extensão em que o governo tem que participar diretamente do jogo. O aspecto característico da ação política é o exigir e reforçar uma conformidade substancial. A grande vantagem do mercado, de outro lado, é de permitir uma grande diversidade, significando, em termos políticos, um sistema de representação proporcional (FRIEDMAN, 1985, p.23).

Nesse contexto, o principal problema das sociedades socialistas e sociais democratas era a presença de um Estado interventor e autoritário, que dificultava as liberdades individuais, econômicas e políticas. Criticava, dessa forma, o papel de um Estado controlador da economia e apontava para a necessidade de se efetivar regras institucionais que separassem a economia da política, ressaltando que “O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro” (FRIEDMAN, 1985, p.19).

Os governos neoliberais passaram a adotar medidas que restringiam os direitos sociais, ao mesmo tempo em que incentivavam a iniciativa privada a considerar a possibilidade de efetivar tais serviços, reconfigurando, assim, a relação entre o público e o privado. Para Hayek (1990) não havia incompatibilidade entre a manutenção da concorrência e um sistema de serviços sociais, desde que a organização destes serviços tornasse eficaz a concorrência nos setores econômicos.

Com o neoliberalismo, os direitos sociais foram disponibilizados para a sociedade civil seguindo os preceitos da lógica do mercado para sua orientação e execução. A educação também seguiu essa lógica, passando a ser encarada como uma mercadoria, regida pelas forças do mercado e não mais como um direito social garantido pelo Estado.

A partir da década de 1990, surge também outra corrente teórica, denominada de Terceira Via, como alternativa ao neoliberalismo, que possui como diagnóstico da crise a mesma hipótese do pensamento neoliberal, ou seja, o Estado é o responsável pela crise. Essa teoria foi desenvolvida inicialmente na Inglaterra, em um ambiente profundamente modificado pelas medidas neoliberais adotadas no governo de Margareth Thatcher na década de 1980 (ANTUNES, 2003), mas que não se sustentou do ponto de vista teórico em nenhum outro país.

A defesa da Terceira Via encontra-se entre a crítica aos neoliberais, que pretendiam diminuir o Estado, e aos sociais-democratas que, ao contrário, buscavam ampliá-lo. E é entendida como,

[...] uma estrutura de pensamento e de prática política que visa adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo de duas ou três décadas. É uma Terceira Via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o Neoliberalismo (GIDDENS, 2001, p.36).

A partir dessa concepção, surge a defesa da economia de livre mercado que mesclava as ideias do “liberalismo com traços da ‘moderna’ social democracia” (ANTUNES, 2003, p. 96). A solução para superação da crise estava pautada na reconstrução do Estado através de sua reforma, entendida por Giddens (2001) como sendo um “processo de aprofundamento da democracia [...] Onde o governo pode agir em parceria com a sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade” (GIDDENS, 2001, p.79).

Assim, para a Terceira Via seria necessário reconstruir o Estado, ir além daqueles da direita “que dizem que o governo é o inimigo” e também daqueles da esquerda “que dizem que o governo é a resposta” (ibidem, p.80). O Estado passaria de um agente executor das políticas sociais, para um agente responsável pelo financiamento de tais políticas.

A estratégia defendida pela Terceira Via para superação da crise do Estado é o Terceiro Setor, entendido como esfera da sociedade que não se encontram nem no mercado nem no Estado, implementado através das parcerias entre o setor público e o setor privado, que se responsabilizariam por executar as políticas públicas.

Um dos pioneiros sobre o Terceiro Setor no Brasil, Fernandes (1994), destaca que a referência a esse tema é feita de forma indireta, “[...] obtida pela negação – nem governamental, nem lucrativa” (FERNANDES, 1994, p.127). Portanto, são duas negações que enfatizam uma relação com os demais setores: ‘não-governamental’ indica que não faz parte do governo, não se confunde com o Estado, e ‘não tem fins lucrativos’ significa que não é gerido a partir da lógica do mercado. Para o autor, o conceito revela um conjunto de iniciativas particulares, mas com um sentido público.

[...] pode-se dizer que o terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, em um âmbito não-governamental, que dão continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e

expandem o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (FERNANDES, 1994, p. 27).

De acordo com a Terceira Via, a responsabilidade no atendimento às demandas sociais, passariam a ser delegadas as instituições que compõem o Terceiro Setor, com o intuito de promover “um novo tipo de relacionamento do indivíduo com a comunidade, através da redefinição de direitos e obrigações” (GIDDENS, 2001, p. 74).

Nesse sentido, as atividades das políticas públicas sociais não seriam mais exclusividades do Estado, a proposta da Terceira Via é repassar tais atividades para a sociedade civil, através das instituições que compõem o Terceiro Setor, como solução para a crise que se instaurou na esfera pública. Assim, a responsabilidade pelo atendimento das demandas sociais ficaria a cargo dos próprios indivíduos, que “buscam atendê-las por meio de atividades de ajuda mútua, voluntária, benemérita, etc.” (ADRIÃO; PERONI, 2005, p. 142-143).

Para os teóricos da Terceira Via o Terceiro Setor tinha a responsabilidade de substituir o Estado na execução das políticas sociais, dentre elas a educação, se valendo do estabelecimento de parcerias. Entretanto, essa pretensa corrente teórica não se sustentou, podendo ser considerada como um mecanismo do neoliberalismo utilizado na busca de estratégias mais sutis de privatização e terceirização do aparato estatal, que trouxe como principal consequência a reforma do Estado, que será detalhada no tópico a seguir.

2.2 A Nova Gestão Pública e a Reforma do Estado brasileiro

No Brasil, a disseminação das políticas neoliberais e do pensamento da Terceira Via, alcançaram o auge na década de 1990. A materialização dessas políticas ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no ano de 1995, com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), tendo como ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, que propõe a reforma do Estado através da elaboração do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE).

A reforma do Estado e, posteriormente, da esfera educacional, é tratada como parte de um conjunto de medidas com inspiração neoliberal e neoconservadora (ADRIÃO; PERONI, 2005), visando adequar o país à competitividade internacional. Isto posto, o processo de reestruturação do Estado no Brasil é “[...] justificada pelas necessidades de ajustes estruturais, em grande medida em razão da crise da dívida externa que alterou a relação entre Estado e sociedade civil” (OLIVEIRA, 2015, p. 629).

Para acompanhar esse processo de redefinição do Estado, emerge um novo paradigma de administração pública, entendida como *New Public Management (NPM)*, no Brasil, denominada por Bresser Pereira (1998) como modelo de administração pública gerencial ou Nova Gestão Pública (NGP). Esse movimento defende a implantação de princípios da lógica da iniciativa privada no setor público, uma tendência global em direção a um tipo de reforma administrativa, ocorrida nas décadas de 1980 e 1990:

A NPM pode ser definida como um programa de reformas do setor público pautada em instrumentos da gestão privada, com o objetivo de melhorar, tanto a eficiência quanto à eficácia dos serviços públicos nas modernas burocracias. Para alcançar esses pré-requisitos, os organismos públicos passaram a adotar métodos empresariais de gestão (*management*), com foco na eficiência, e os servidores públicos avaliados conforme critérios de desempenho, semelhantemente aos utilizados nas empresas privadas (COSTA, 2010; MOTTA, 2013).

O NPM com o objetivo primordial de fazer a Administração Pública operar como uma empresa privada e, assim, adquirir eficiência, reduzir custos e obter maior eficácia na prestação de serviços. Nesse sentido, a Administração Pública deveria apenas direcionar os serviços, e não os executar diretamente. Havia uma preferência por terceirizar e contratar fora. Por meio de vários provedores privados, poder-se-iam usar os benefícios da competição entre eles, evitando monopólios e permitindo maior flexibilidade na gestão (MOTTA, 2013, p.84).

Essas propostas que defendiam a adoção por parte do setor público de premissas baseadas no livre mercado e no neoliberalismo, foram implementadas inicialmente na Inglaterra, no governo conservador de Margareth Thatcher, em 1979, apoiadas nas ideias neoliberais de Hayek e Friedman.

Em seguida, de acordo com Costa (2010), os Estados Unidos da América, com a eleição de Ronald Reagan em 1980, adotaram, também, na administração pública, um modelo de gestão baseado nas empresas privadas, incorporando a proposta da NPM. A partir de 1984, foram implementados programas semelhantes em países como Austrália e Nova Zelândia, cujas reformas tiveram início em governos trabalhistas, sendo aprofundadas, posteriormente, em governos conservadores. Já na Inglaterra, a reforma gerencial, que teve início no governo conservador de Margareth Thatcher, foi assumida, posteriormente, pelos trabalhistas, sob o comando de Tony Blair, que viam na chamada Terceira Via um meio de justificar tais medidas:

[...] o governo de Tony Blair persistiu com a mesma política de gestão adotada pelos conservadores, combinando economia de livre mercado, regulação estatal e terceirização de serviços sociais. Para sustentar ideológica e conceitualmente à deriva neoliberal do trabalhismo, Blair foi buscar na terceira via os argumentos de que precisava para eleger o mercado como força progressista (COSTA, 2010, p.150).

De acordo com Araújo (2021), as principais influências desse modelo gerencialista foram extraídas das teorias da Escolha Racional ou Escolha Pública – *Public Choice* e da teoria do Agente Principal, sendo incorporados também aspectos contemporâneos da gestão empresarial, como: Total Quality Management – TQM, reengenharia, *stakeholders*, orientação a clientes, foco em resultados, flexibilização, remuneração variável por desempenho, dentre outros (MARINE, 2003).

A *Public Choice*, que tem como principal teórico James Buchanan, é resultado da escola de pensamento desenvolvida por economistas neoclássicos que adotaram o pressuposto do racionalismo econômico, no qual os indivíduos motivados apenas por benefício próprio tentam maximizar seus interesses econômicos. Adaptando esse conceito para o comportamento político na escolha dos indivíduos, Marine (2003) ressalta que esse racionalismo econômico pode ser observado quando os “eleitores votam de forma a atender aos seus interesses, políticos visam à reeleição e burocratas procuram atender aos seus interesses corporativos” (MARINE, 2003, p.48).

Em relação à Teoria do Agente Principal, entende-se que o pressuposto para sua existência são as relações contratuais na vida social; existindo a presença de dois agentes, em todas as transações: um, o contratante, identificado como principal, e outro, o contratado. Essa relação pode se apresentar de forma implícita ou explícita,

e seu objetivo principal é alcançado quando se atinge a satisfação das partes, mesmo que essa satisfação seja dificultada pela assimetria de informações que, geralmente, vai favorecer uma das partes, o agente principal, por deter informação privilegiada (MARINE, 2003).

Assim, pautado nas teorias do *Public Choice* e do Agente Principal, o NPM tinha como ponto de partida uma análise econômica da política, no qual o setor público é examinado a partir do comportamento individual dos agentes que o integram. De maneira que, o agente público possuía um maior espaço para atuação, fundamentado em mecanismos de controle gerencial mais efetivo (COSTA, 2010).

Esse modelo gerencialista pode ser entendido de forma mais detalhada a partir da abordagem de Abrucio (1997). O autor compara, quanto aos objetivos e a sua relação com a sociedade, três correntes, ou três fases, do modelo da administração pública inglesa, classificando-as em: gerencialismo puro, *consumerism* e *Public Service Orientation* (PSO). Essa divisão é justificada como uma maneira de facilitar a comparação entre elas, ressaltando que:

[...] há uma modificação substancial ao longo do tempo, do gerencialismo puro ao *public service orientation*. A constatação mais importante, no entanto, é que embora haja diferenças entre as teorias, elas não são mutuamente excludentes. Ao contrário, o que se percebe é que há uma incorporação dos aspectos positivos de cada teoria. A passagem de uma teoria a outra é realizada através de uma crescente inclusão de temas (ABRUCIO, 1997, p.13).

Na primeira fase, entende-se que o “ponto central do modelo gerencial puro é a busca pela redução de custos e o aumento da eficiência e produtividade da organização” (ABRUCIO, 1997, p. 11), ou seja, a redução de custos era o objetivo principal, o que estava de acordo com o ideário neoliberal que buscava aproximar o setor público do eficiente e produtivo setor privado, ficando a máquina governamental condicionada a uma quantidade cada vez menor de atividades por ela executada, mesmo que à custa de forte redução dos serviços ofertados à maioria da população. Outro aspecto destacado nessa fase é a descentralização administrativa como uma importante opção organizacional capaz de aumentar a autonomia das agências e dos departamentos governamentais.

Já na segunda fase da teoria, o *consumerism*, a principal característica é a flexibilidade, empreendida pela gestão, da qualidade dos serviços públicos no

atendimento às demandas do consumidor, o qual, a partir desse momento, passa a ter prioridades dentro do setor público. Essa flexibilização na gestão pública pode ser caracterizada pela transição da lógica do planejamento para a lógica da estratégia.

Desse modo, ultrapassa-se o conceito de plano baseado em uma racionalidade técnica, em que se define apenas o melhor programa a ser seguido para um patamar em que são levadas em consideração as relações entre os atores envolvidos em cada política, o tipo de consumidor/cliente que demanda o serviço público e, sobretudo, a qualidade do serviço que será oferecido à população. Exige-se, portanto, um alto grau de mecanismos flexíveis de gestão, sendo necessárias eventuais alterações nos programas públicos, a fim de atender a cada tipo de demanda do consumidor (ABRUCIO, 1997).

Na terceira fase, que corresponde ao *Public Service Orientation* (PSO), foram introduzidos os conceitos de *accountability*, transparência, participação e equidade na prestação dos serviços públicos. Esses conceitos eram entendidos como um mecanismo de responsabilização, no qual o governo local deveria incentivar a participação dos cidadãos nas decisões políticas, pois elas afetavam, diretamente, suas vidas. Assim,

[...] os teóricos do PSO resgatam os ideais de participação política dentro de um conceito mais amplo, o de esfera pública, que se utiliza da transparência como proteção contra novas formas particularistas de intervenção na arena estatal, como o são o clientelismo e o corporativismo. Portanto, é a partir do conceito de esfera pública (*public domain*) que é estruturado o conjunto de ideias do *Public Service Orientation* (PSO). Esfera pública vista como local de aprendizagem social. Isto é, a esfera pública não é só o lócus por excelência da participação dos cidadãos, mas sobretudo onde os cidadãos aprendem com o debate público (ABRUCIO, 1997, p.27).

Destarte, a transparência e o aprendizado social devem estar presentes também na organização interna da administração pública, principalmente no momento de elaboração das políticas públicas, quando a definição do planejamento estratégico deve ser levada ao debate público.

A característica central desse modelo gerencialista, consiste na dispersão de poder, entendida, de acordo com Newman e Clark (2012), como uma estratégia de reconstrução do Estado, em que há uma diminuição do papel deste e um alargamento de seu alcance na sociedade civil. Entretanto, esses autores destacam que a redução,

ou dispersão, do papel do Estado correspondeu, na verdade, a uma expansão do seu próprio poder, pois novos agentes não estatais passaram a ser considerados como uma extensão do Estado (ARAÚJO, 2021).

Nesse aspecto, o PDRAE “define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira’ (BRASIL, 1995, p. 10). A administração pública gerencial no país passa a ser

[...] baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna ‘cliente privilegiado’ dos serviços prestados pelo Estado (BRASIL, 1995, p. 10).

A gestão dos serviços públicos passa a ser guiada pela eficiência e pelo controle dos resultados, seguindo a lógica de que a esfera privada é mais eficiente do que a esfera pública. O papel do Estado é redefinido deixando de ser o “responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, 1995, p. 17). Assim, o Estado passaria a exercer com mais intensidade o poder de regulação financeira, de contratação, de monitoramento e de vigilância das atividades desempenhadas, a partir de então, pela sociedade civil.

2.3 A educação básica no contexto da reforma: as parcerias público-privadas

A apresentação dos termos público e privado que serão brevemente demonstrados a seguir, servem como ponto de partida para evidenciar o movimento da formação das Parcerias Público-Privadas na Educação (PPPE). Os conceitos de público e privado, na educação brasileira, vêm apresentando modificações ao longo da história. O processo de mudança conceitual desses termos decorre das interpretações dos contextos históricos que ocasionaram variações de significados dos referidos termos.

Para entender essa reconfiguração do público e do privado, partimos inicialmente das considerações apresentadas no dicionário jurídico e de reflexões teóricas sobre esses temas. Assim, a ideia inicial é de que o Público vem do latim *publicus*, de *populicus*, de *populus* (povo, habitante), e significa:

[...] *Público*, porque não pertencem a ninguém em particular, mas a todos; *comuns*, porque todos participam de suas utilidades. As rendas do Estado, que servem e seus interesses, porém, são *públicos*, como públicos são órgãos que o administram; já os serviços que o Estado presta são comuns, porque todos podem fruir suas utilidades. O *público* opõe-se ao privado, enquanto que o *comum* ao *particular*. Público. Além do sentido vulgar, na linguagem jurídica, é tomado na acepção de *próprio* ou *pertinente* ao Estado, revelando a subordinação ou a afetação que incide sobre todas as coisas ou fatos, qualificados ou considerados como tal. Desse modo, no sentido de *público* integra-se o de *autoridade* do Estado ou poder do Estado, mostrando sua *identificação* com a própria coisa ou com o próprio fato, a que, intimamente, se ligou. Deste sentido de público é que se gerou o verbo *publicizar*. E, nesta razão, é que o conceito público não se refere simplesmente à condição de ser coisa de interesse comum ou de interesse coletivo, mas à *íntima conexão* ou à *identificação* da própria coisa com as finalidades do Estado e os interesses particulares e, mesmo, coletivos (DE PLÁCIDO; SILVA, 2004, p. 1134).

Nessa perspectiva, percebemos que a ideia de público, além de estar vinculada ao Estado, possui também um caráter geral, indicando a possibilidade de acesso a todos. E, a concepção antagônica é o conceito de privado, no sentido de ser individual, ou seja, que não se refere ao coletivo, e que apresenta na sua definição:

[...] do latim *privatus*, de *privus* (próprio, particular, individual), na significação jurídica exprime o sentido de *individual* ou o que é próprio ou pertinente às pessoas, consideradas isoladamente, como indivíduos ou como *particulares*. Opõe-se, assim, ao sentido de *público*, em que se integra a ideia de pessoas consideradas como uma organização política, e encaradas por seu todo ou pela coletividade que compõem, sem qualquer atenção às suas individualidades (DE PLÁCIDO; SILVA, 2004, p. 1097).

Na perspectiva de Bobbio (1987), a concepção de público e privado é analisada a partir dos seguintes eixos: o significado descritivo dos termos, o uso de antíteses entre os mesmos e o seu caráter axiológico, apresentando um significado valorativo. Toda essa percepção é discutida levando em consideração a visão histórica, e tendo presente a categoria da contradição, sendo justificada pelo autor na seguinte passagem:

O tratamento por antíteses oferece a vantagem, em seu uso descritivo de permitir que um dos dois termos jogue luz sobre o outro, tanto que frequentemente um (o termo fraco) é definido como a negação do outro (o termo forte), por exemplo, o privado como aquilo que não é público; em seu uso axiológico, de colocar em evidência o juízo de valor positivo ou negativo, que segundo os autores pode recair sobre um ou sobre o outro dos dois termos, como sempre ocorreu na velha disputa referente ao saber se é preferível a democracia ou a autocracia; em seu uso histórico, de delinear até mesmo uma filosofia da história, por exemplo, a passagem de uma época do primado do direito privado a uma época de primado do direito público (BOBBIO, 1987, p.10).

O autor ressalta também que a fronteira que separa os termos público e privado é muito tênue, revelando uma interdependência na relação entre a esfera do público e do privado. Podendo ser observado quando “aumentando a esfera do público, diminui a do privado, e aumentando a esfera do privado diminui a do público; uma constatação que é geralmente acompanhada e complicada por juízos de valor contrapostos” (ibidem, p. 14).

No contexto atual, alguns autores renomados na esfera educacional, também investigam a concepção do público e privado. Destacamos, Saviani (2005), que ressalta a concepção do público como algo relativo ao Estado, como protetor de interesses gerais que se sobrepõem aos interesses particulares. Nesse sentido, o público se opõe ao privado, pois o primeiro pertence a esfera do coletivo, do comum, enquanto o segundo pertence à esfera do particular, do individual, da propriedade.

Já Cury (2009, p. 80), aponta que “[...] o público, etimologicamente, deriva de *populu*, sendo oposto ao privado, portanto, tem um sentido próprio que é o que pertence a todos de modo coletivo (ao *populus*) e também o que é comum”.

No contexto da reforma do Estado, analisada no tópico anterior, a tradicional dicotomia existente entre o público e o privado é reconfigurada, aparecendo também uma nova categoria, denominada de público não-estatal. Esse debate está presente em um estudo realizado por Oliveira (2005), que evidencia a existência na Constituição Federal de 1988 de três formas de classificar as noções de público e privado.

Na primeira forma, destaca-se o conceito de público estatal que está relacionado com a ordem econômica. Através da concepção de propriedade, as

empresas são classificadas como públicas ou privadas, não aceitando diferenciações. Nessa perspectiva, o termo público como estatal associa público ao que é do Estado e privado ao que não pertence ao Estado. Esse mesmo entendimento é defendido por Bobbio (1987), que considera que:

[...] ‘público tem dois significados diversos, conforme venha contraposto a ‘privado’, como por exemplo, na clássica distinção ente *ius publicum ius privatum* a nós transmitida pelos juristas romanos, ou ‘secreto’, em cujo caso tem significado não de pertencente à ‘coisa pública’ ou ao ‘estado’, mas de ‘manifesto’, ‘evidente’, mais precisamente de ‘visível’ (BOBBIO, 1987, p.25).

O segundo conceito presente no texto constitucional é o de “público sem fins lucrativos”, um conceito que nem é estatal e nem é privado. Nos termos de Cury (1992), o conceito de escola não estatal é percebido como:

Ela não é estatal, já que não faz parte do aparelho de Estado. Também não é pública, porque nela não há uma precedência reconhecida do todo sobre as partes; embora se reconheça o bem comum, o que há é uma dinâmica em que a parte privilegiada – movida pelo princípio da harmonia social hierarquizada -, para atender outra parte “desassistida” do todo, teria o dever de compensar necessidades não atendidas. Com isso, a parte “desassistida” reintegra-se ao todo e recupera-se a integração geral, ao mesmo tempo hierárquica e harmônica. Daí decorre a postulação da escola comunitária, filantrópica e confessional aos cofres públicos (CURY, 1992, p.40).

A partir desse entendimento, especificamente o artigo 213 da CF/88 trata dessa forma de diferenciar o público e o privado através da atividade educacional, quanto a destinação do repasse de verbas públicas para as escolas privadas sem fins lucrativos, que englobam as escolas dos tipos comunitárias, confessionais ou filantrópicas. Para ser enquadrada nessa categoria, as escolas precisam comprovar a finalidade não-lucrativa, e aplicar seus excedentes financeiros em educação. A grande novidade introduzida pela Constituição Federal de 1988 foi o debate sobre a exceção, isto é, sobre a admissibilidade da existência de escolas privadas sem fins lucrativos.

[...] entre o público estatal e o privado *stricto sensu* existe ‘algo’, ou, nos termos da Constituição, entre o público e o privado ‘com fins lucrativos’ temos o privado ‘sem fins lucrativos’, que, no entender do legislador constituinte, materializa-se nas escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais com direito a receber recursos públicos (OLIVEIRA, 2005, p.160-161).

Quanto à terceira forma de classificar o público e o privado temos o público nem estatal e nem privado, percebida no texto constitucional que além do sistema privado e público, existe também outra forma denominada de estatal. Precisamente no art. 233 da CF/88 quando trata da competência do poder executivo em “outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (BRASIL, 1988). Nesse sentido, entende-se que “o que é público não é estatal e o que é estatal não é público, tampouco privado” (OLIVEIRA, 2005, p. 162).

O que está por trás desse conceito é a ideia de público com serviço público, no qual a educação oferecida à sociedade, seja pelo Estado, seja pelas instituições privadas, é pública, justificando, assim, o repasse de verbas do Estado para as escolas privadas com fins lucrativos.

Percebemos, no texto constitucional, no capítulo referente à educação, que se travou um embate com relação à variedade conceitual entre o público e o privado, com a legitimação de formas intermediárias de existência entre a tradicional polaridade público-privado, representada pelo setor público não-estatal (OLIVEIRA, 2005).

Para Bresser Pereira (1998), a utilização do termo propriedade pública não-estatal, é entendida como uma forma utilizada pelo capitalismo contemporâneo, fugindo da forma tradicional de divisão feita pelo direito entre propriedade pública e privada, quando afirma que “[...] além da propriedade privada e da propriedade estatal existe uma terceira forma de propriedade relevante no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública não estatal” (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 26).

Assim, o público não-estatal corresponde a uma forma de propriedade que deriva do público, contudo, é considerada não-estatal porque não faz parte do aparato do Estado e por não utilizar servidores públicos, não representando, portanto, os agentes públicos tradicionais.

As atividades que caracterizam tal setor não são identificadas como atividades exclusivas do Estado, e, portanto, justifica-se ainda hoje a transferência de recursos públicos para tais atividades. O Estado passa a subsidiar esse setor, o que segundo Bresser Pereira se devia ao “[...] argumento ético de que são atividades que envolvem

direitos humanos fundamentais que qualquer sociedade deve garantir a seus cidadãos” (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 64).

A justificativa do ministro, na época da Reforma do Estado, para o espaço do público não-estatal e, conseqüentemente, o repasse de verbas públicas, aconteceu pelo fato de que essas atividades não gerarem todas as receitas na venda de seus serviços no mercado. Assim, era necessário um reexame das relações entre o Estado e a sociedade, instigando o aparecimento de novas formas de parceria.

A introdução do ‘público’ como uma terceira dimensão, que supera a visão dicotômica que enfrenta de maneira absoluta o ‘estatal’ com o ‘privado’, está indiscutivelmente vinculada à necessidade de redefinir as relações ente Estado e sociedade. [...] O público, ‘no Estado’ não é um dado definitivo, mas um processo de construção, que por sua vez supõe a ativação da esfera pública social em sua tarefa de influir sobre as decisões estatais (BRESSER PEREIRA, 1998, p.68).

Posto isso, concordamos com Oliveira (2005) que a emergência do discurso do público não-estatal é uma forma de naturalizar o repasse de recursos públicos para instituições privadas, ou seja, uma forma de naturalizar o processo de privatização e de omissão do Estado, sob a lógica neoliberal, que propõe seu enxugamento.

Assim, o setor público não-estatal é considerado como outra forma de propriedade existente no capitalismo contemporâneo, e que,

A pública estatal detém o poder de Estado e/ou é subordinada ao aparato do Estado; a pública não-estatal está voltada para o interesse público, não tem fins lucrativos, ainda que regida pelo direito privado; a corporativa também não tem fins lucrativos, mas está orientada para defender os interesses de um grupo ou corporação; a privada, finalmente, está voltada para o lucro ou o consumo privado (BRESSER PEREIRA; GRAU, 1999, p.23).

Nesse sentido, temos um espaço público que é mais amplo do que apenas o estatal, um espaço público não-estatal formado por instituições de direito privado voltadas para o interesse público, não sendo consideradas privadas, mas sim públicas não-estatais. Esse movimento é entendido por alguns pesquisadores como a privatização do público, algo que seguiu a lógica mercantil, imposta pelos instrumentos determinados, para superação da crise do capitalismo (ADRIÃO, 2017; MONTAÑO, 2010; ADRIÃO; PERONI, 2005).

Nesse movimento de redesenho da esfera pública, além da criação do setor público não-estatal, destaca-se também outro processo que aconteceu simultaneamente, pautado nas formas de gestão fundamentada na lógica de mercado, identificado como quase mercado. Esse movimento foi favorável aos setores que não poderiam ser privatizados, mas que precisavam adotar práticas concorrenciais. Assim,

Os neoliberais propõem, para aquelas situações em que privatizar um dado setor não levaria ao estabelecimento das almeçadas relações concorrenciais (pois manter-se-ia o monopólio da oferta sobre as mãos privadas), um “choque de mercado no interior do Estado”; eis aqui a origem do quase-mercado (ADRIÃO; PERONI, 2005, p.140).

Nesse contexto, a educação desponta como uma área promissora para a exploração da iniciativa privada, inclusive a educação básica, pois como encontra-se em constante expansão exige também constantes modificações nos objetivos gerais das políticas educacionais, resultando em um processo que necessita da busca pela qualidade da educação, traduzida e medida por um sistema de avaliação educacional (SOUZA; OLIVEIRA, 2003).

Tal sistema de avaliação torna-se ao mesmo tempo um instrumento indutor da excelência educacional e um mecanismo que naturaliza as desigualdades. “De um lado, centralizam-se os processos avaliativos e, de outro, descentralizam-se os mecanismos de gestão e financiamento, tornando-os meios destinados a ‘otimizar’ o produto esperado, os bons resultados no processo avaliativo” (SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p. 874).

Nessa lógica, Souza e Oliveira (2003) apontam duas potencialidades funcionais do sistema de avaliação: primeiro, converte-se em uma peça central do mecanismo de controle, deslocando-se dos processos para os produtos, no qual o controle passa a ser exercido na ponta do sistema, via testagens ordenadas através de processos avaliativos que verificam a qualidade do produto da ação da escola. E segundo, legitima a valorização dos procedimentos competitivos entre as escolas e os sistemas, induzindo pontuações melhores nos *rankings*, que passam a ser definidas pelos seus desempenhos em instrumentos de avaliação em larga escala, garantida pela associação entre desempenho e financiamento.

Assim, a lógica de mercado implementada na esfera pública resultou na implementação de estruturas intermediárias entre o sistema estatal e o sistema

concorrencial, denominado de quase-mercado. Logo, alguns mecanismos e dispositivos favoreceram o desenvolvimento da lógica e dos valores de mercado no interior do próprio sistema público estatal, surgindo diferentes formas de privatização, na qual,

Uma, que pode ser chamada de *stricto sensu*, tratou de transferir a propriedade de setores estatais para a iniciativa privada, em uma perspectiva de enxugamento da ação econômica do Estado. A outra, mais matizada, tratou de disseminar formas de gestão ancoradas na lógica de mercado. Nesse caso, não se discute a propriedade da empresa, mas se introduzem concepções privadas de gestão. Esta alternativa, quer seja pela natureza do procedimento, quer seja pela natureza da área não comportava uma transferência direta para o mercado, pelo menos em sua acepção mais “perfeita”. Um dos fundamentos das propostas de privatização *stricto sensu* era submeter as organizações a um “choque de mercado”, por meio dos efeitos salutares da concorrência. Na oferta de serviços educacionais, a adoção de mecanismos típicos de mercado é bastante limitada (SOUZA; OLIVEIRA, 2003, p.876).

Araújo (2021) ressalta que a percepção desse contexto era tentar superar a dicotomia entre a gestão pública ineficiente de um lado e o mercado perfeito de outro lado, efetivada através da introdução de concepções da gestão privada nas instituições públicas. Porém, mantendo a propriedade estatal das mesmas, um mecanismo sintetizado por Afonso (2010) como:

[...] *quase-mercado* (ou semi-mercado) refere-se à introdução de *lógicas* e *valores* de mercado no interior do sistema público estatal, dando conta inclusivamente de formas diversas de comparação, concorrência e concretização da liberdade de escolha entre o público e o privado, quando estas não levarem à privatização ou não forem induzidas por razões de lucro, ainda que possam ser estimuladas por apoios financeiros ou subsídios específicos (como acontece com os *vouchers* ou cheques-ensino). Constituem ainda mecanismos de *quase-mercado* (porque induzidos ou propiciados pelo próprio Estado) os que se traduzem na concorrência entre organizações privadas, quando estas têm como objetivo ser escolhidas para funções de natureza lucrativa, através da realização de atividades específicas em estabelecimentos escolares públicos – por exemplo, a gestão privada de uma cantina ou a aquisição de um serviço privado para a segurança de uma escola pública. (AFONSO, 2010, p. 1144).

Nesse sentido, tais medidas serviram para atenuar as fronteiras entre o setor público e o setor privado, com a introdução do mecanismo de quase-mercado, que buscava se apropriar dos ganhos de eficiência obtidos no mercado, mas mantendo o caráter de propriedade estatal. A instituição de quase-mercado implicava em um

amplo controle e regulamentação por parte do Estado, o que foi feito através dos sistemas de avaliação, que contribuíram para fiscalizar o sistema educativo.

O sistema de quase-mercado é entendido como uma proposição adequada para as organizações que, mesmo sem integrar o mercado, estariam aptas para a disputa, apresentando vantagens adicionais como condição para o aumento de sua eficiência (ADRIÃO, 2001). Nessa lógica de políticas regulatórias e centralizadoras, foi implementado no Brasil um sistema de avaliação, direcionado para todo o sistema de ensino, desde o ensino superior com o Exame Nacional do Ensino Superior (ENADE), até a educação básica, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Assim sendo, com as modificações ocorridas no cenário político e econômico no Brasil, a partir da década de 1990, a relação público-privado alcançou uma nova configuração no debate nacional, apresentando um novo formato na execução das políticas sociais, destacando-se medidas de instituição de um modelo de quase-mercado educacional, através das chamadas Parcerias Público-Privadas (PPP).

Para Newman (2001, citado por ROBERTSON e VERGER, 2012) as parcerias surgiram como um mecanismo para minimizar os danos causados por formas anteriores de privatização, ainda que sem abandoná-las, permitindo enquadramentos, interesses e objetivos múltiplos. O renascimento das parcerias estava ligado a mudanças que ocorreram de forma mais amplas em direção a uma terceira via, que representaram tanto um corretivo para a forte presença do Estado quanto pela ausência do mesmo, com a privatização, agindo assim como um canal, permitindo o aproveitamento de valores de cada parceiro, a serem capitalizados no futuro.

Para Montaño (2010), a transferência da responsabilidade da oferta das políticas sociais, e especificamente das políticas educacionais, da esfera estatal para os setores privados é chamada, ideologicamente, de “parceria” entre o Estado e a sociedade civil, com o Estado contribuindo, financeira e legalmente, para propiciar a participação da sociedade civil.

Nesse contexto, as parcerias entre o público e o privado passaram a ser priorizadas pela legislação brasileira, como é o caso da Emenda Constitucional n.º 19, de junho de 1998, que autorizou as mais variadas formas de parcerias e admitiu a destinação de recursos públicos para a esfera privada. A Lei Complementar n.º 101,

de maio de 2000 regulamentou a EC n.º 19/1998, estabelecendo normas para as finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. E, em 2004, a Lei n.º 11.079, instituiu normas gerais para a licitação e a contratação de parceria público-privada no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Adrião (2017) enquadra em três dimensões as formas de operacionalização nos diferentes contextos em que a educação básica está submetida, que são: a privatização da oferta educacional, a privatização do currículo e a privatização da gestão da educação. As PPPEs são resultantes, portanto, do distanciamento do Estado da oferta direta da educação, mantendo seu foco no financiamento aos provedores (através de vales ou subsídios) e atuando na esfera da regulação e da avaliação dos serviços educacionais, o que contribuiu para a transformação do setor educacional, aumentando a autoridade dos atores privados envolvidos (ROBERTSON e VERGER, 2012).

A partir de 2010, com a aprovação da Lei n. 12.349, as PPPs avançam em relação ao marco legal de 2004, tendo em vista novos dispositivos que dão preferência às tecnologias nacionais, na contratação dos serviços, com o intuito de gerar emprego e renda, e aos produtos e à tecnologia, oriundos dos países que compõem o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (BRASIL, 2010).

Os Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de sua sucessora, Dilma Rousseff, intensificam investimentos em infraestrutura no país, por meio das PPPs, como forma de retomar o crescimento econômico após a derrocata de 2009, em razão da crise internacional de 2008/2009. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi uma das iniciativas desenvolvidas por esses governos, com vultuosas cifras estatais executadas por meio de PPPs.

Assim, a busca de parcerias com o setor privado sugere uma estratégia dos governos Lula e Dilma de “coordenar” os mercados, “estabelecendo projetos com base nos recursos oriundos do mercado financeiro – especialmente dos fundos de pensão e do BNDES, via emissão de títulos públicos e por meio de investimentos diretos nas empresas” (JARDIM; SILVA, 2015, p. 54). Esse novo desenvolvimentismo, que provoca múltiplas interpretações, em nosso entendimento não implicou quebra da estrutura neoliberal de desenvolvimento em vigência no Brasil desde meados dos anos de 1990.

Cabe destacar que o padrão de investimento estatal do novo desenvolvimentismo foi interrompido com o Golpe Jurídico-parlamentar de 2016, que depôs a presidenta eleita Dilma Rousseff e fez ascender ao cargo maior do país o seu vice-presidente, Michel Temer. As medidas de austeridade fiscal apresentadas pelo novo governo e aprovadas pelo Congresso Nacional, em especial a Emenda Constitucional n.º 95/2016 (BRASIL, 2016), diminuiram drasticamente a expectativa de investimento público em educação no Brasil. Soma-se a isso, também, a aprovação pelo Congresso da reforma trabalhista que possibilitou a ampliação da terceirização no serviço público (COSTA; DOMICIANO, 2020).

3 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DA PARAÍBA NO PERÍODO DE 2011 A 2018

No período em estudo, que corresponde as gestões do governador Ricardo Coutinho (2011/2018), o Estado da Paraíba intensificou o processo de parcerias com atores privados, destacando o repasse da gestão para as Organizações Sociais em mais de 650 escolas da rede estadual. A partir da adoção da Nova Gestão Pública, o governo estadual impulsionou as diretrizes gerenciais e os estímulos para a concretização das PPP, inclusive, na esfera educacional.

Para compreender esse processo, analisamos neste capítulo, o contexto da rede estadual de ensino da Paraíba e, em seguida, as principais parcerias com os atores e programas implementados na rede estadual de ensino. Na parte final do capítulo detalhamos o programa de gestão pactuada das duas Organizações Sociais presentes nas escolas estaduais, no período supracitado.

3.1 Contexto da rede estadual de ensino da Paraíba

O estado da Paraíba está localizado a leste da região Nordeste do Brasil, e tem como capital o município de João Pessoa, considerada o ponto mais oriental das Américas. Ocupa uma área territorial de 56.467.242 km² e uma população estimada em 4.018.127 habitantes, correspondendo a uma densidade demográfica de 66,70 hab./km², o que representa só 1,97% da população nacional. A taxa de urbanização corresponde a 68% e uma expectativa de vida aos 74,1 anos em 2019, porém, ainda está considerada abaixo da média nacional que foi de 76,6 anos (IBGE, 2019).

Entre os anos de 2000 e 2010, o estado da Paraíba, reduziu o número de famílias em situação de extrema pobreza. O percentual de pessoas extremamente pobres passou de 41,18% em 1990, para 25,1% em 2000, e alcançou em 2010 a taxa de 13,39%. No ano de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM²

² O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões. O IDHM brasileiro é um ajuste metodológico do IDH Global e segue as mesmas três dimensões: longevidade, renda e educação, porém não é possível fazer comparação entre o IDHM de um município e o IDH de um país.

Com relação aos aspectos políticos, o Estado da Paraíba apresenta uma história marcada pelo patrimonialismo e pelos governos oligárquicos. No seu período de redemocratização passou a apresentar uma alternância bipartidária entre o PMDB e o PSDB. Em 2010, com a vitória do candidato do PSB, Ricardo Coutinho, a gestão estadual foi inovada "[...] tanto no perfil do Gestor, advindo dos movimentos sociais, quanto nas práticas administrativas e procedimentos políticos que buscam estabelecer a inclusão social, a transparência e uma relação estado-sociedade com base republicana" (VERAS, 2016, p. 4).

Assim, o estado da Paraíba, no período entre 2011 e 2018, passa a ser governado por um político do PSB, que implementa, nas suas duas gestões, uma política pública alicerçada na Nova Gestão Pública (NGP), com diretrizes voltadas para a concretização de parcerias público-privadas e de processos de privatização.

Para caracterizar a política educacional desse período em estudo é imprescindível ter uma visão da estrutura organizacional da educação básica estadual da Paraíba, que é composta pelo órgão executivo da Secretaria Estadual de Educação (SEE/PB), responsável pela implementação das políticas educacionais, pelo órgão normativo e fiscalizador do SEE, pelo Conselho Estadual de Educação da Paraíba (CEE/PB), por gerências regionais de ensino e pelas unidades escolares, além de alguns órgãos suplementares, como a Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD), o Centro Estadual de Arte (CEART), a casa do Estudante da Paraíba e o Centro Estadual de Línguas.

O CEE/PB é um órgão colegiado que possui funções consultiva, normativa e deliberativa, foi criado ainda na década de 1960, por meio da Lei n.º 2.864, de 06 de junho de 1962, considerado um dos mais antigos conselhos estaduais do país e que ainda se encontra em pleno funcionamento na contemporaneidade³.

Já a SEE/PB compreende duas Secretarias Executivas, a Secretaria de Gestão Pedagógica e a Secretaria de Administração de Suprimentos e Logísticas da Educação, além de 12 gerências executivas⁴. A implementação da política educativa

³ Disponível em: <https://cee.pb.gov.br/conselho/historia/>.

⁴ As gerências executivas que compõem a SEE/PB são: Gerência de Acompanhamento à Gestão Escolar (GEAGE), Gerência Executiva de Educação Infantil e Ensino Fundamental (GEEIEF), Gerência Executiva de Ensino Médio (GEEM), Gerência Executiva de Educação de Jovens e Adultos (GEEJA), Gerência Executiva de Educação Profissional (GEEP), Gerência de Recursos Humanos (GEREH), Gerência de Programas de Fortalecimento da Escola (GPROFESC), Gerência de Tecnologia da Informação (GETECL), Gerência de Administração (GAD), Gerência Executiva de Diversidade e

estadual é realizada através de 14 Gerências Regionais de Ensino (GRE), situadas nos municípios de João Pessoa, Guarabira, Campina Grande, Cuité, Monteiro, Patos, Itaporanga, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Princesa Isabel, Itabaiana, Pombal e Monteiro.

No primeiro ano de seu mandato, 2011, Ricardo Coutinho, através da SEE/PB, lança uma versão preliminar do Plano de Gestão da Educação da rede estadual de ensino da educação básica, o “Paraíba Faz Educação”, destinado a coordenar as ações de gestão na área de educação para o segundo semestre de 2011 e o ano de 2012.

O documento é composto por vários projetos e ações denominadas de estruturantes com o propósito de alcançar o “[...] fortalecimento da escola e dos profissionais da educação, visando o enfrentamento a estes desafios e a construção de novos rumos para o fazer educação” (PARAÍBA, 2011, p. 5).

No ano de 2012, a SEE/PB implementou o Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba (Avaliando IDEPB), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF)⁵. O sistema é um instrumento que possibilita, por meio da avaliação de medidas de desempenho dos estudantes, a aferição da qualidade do ensino ofertado pela rede estadual do nosso estado, obtidas pela aplicação anual de testes de Língua Portuguesa e Matemática com os alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental, alunos da 3ª série do ensino médio e alunos do 4º ano do ensino normal (PARAÍBA, 2015). Apesar de ter sido criado em 2012, sua regulamentação ocorreu apenas com a Portaria n.º 368, de 14 de julho de 2015.

Dentre os projetos que compõem o Paraíba Faz Educação, destaca-se o Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), que de acordo com a Portaria n.º 368, de 14 de junho de 2015, consiste em um projeto que tem como base o cumprimento das metas estipuladas pelo Sistema Avaliando o IDEPB.

Para a elaboração e execução do PIP as unidades escolares devem observar os seguintes critérios: ser uma construção coletiva dos diferentes sujeitos que

Inclusão (GEDI), Gerência Executiva de Assistência Escolar Integrada (GEAESI) e Gerência de Acompanhamento de Obras (GAMOB) (PARAÍBA, 2018).

⁵ O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF) da Universidade Federal de Juiz de Fora, é um centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que atua nas áreas de avaliação e políticas públicas educacionais. Uma instituição que elabora e desenvolve programas estaduais e municipais destinados a mensurar os rendimentos de estudantes das escolas públicas. Para maiores informações: acessar o site: <https://institucional.caeddigital.net/sobre.html>

compõem a escola; ter como referência os resultados do IDEB dos anos de 2012-2014 para a elaboração de um diagnóstico acerca das competências e habilidades não desenvolvidas pelos estudantes; respeitar as disposições contidas no Plano de Metas 2015-2018, no Kit Pedagógico Avaliando o IDEPB, identificando as matrizes de referência dos anos/séries avaliados; construir o plano de ação pedagógica por disciplina a partir das matrizes do IDEPB, integrado ao Projeto Político Pedagógico da escola; e, considerar o cronograma proposto pela SEE/PB para sua elaboração e execução (PARÁIBA, 2015, art. 4º). O cumprimento desse programa tornou-se bastante significativo para a rede estadual de ensino, pois, sua avaliação passou a ser um critério para o recebimento do Prêmio Escola Valor, que propicia o pagamento do 14º salário (SILVA et. al., 2018).

A partir do Avaliando IDEPB, foram concebidas iniciativas próprias de bonificação às escolas e seus profissionais que alcancem as metas e critérios estabelecidos. Nesse sentido, foi criado o Prêmio Educação Exemplar (posteriormente denominado de Escola de Valor), através da Lei n.º 9.456, de 06 de outubro de 2011, destinado a fomentar, selecionar, valorizar e premiar as melhores práticas nas escolas públicas estaduais. Na sequência foi decretada a Medida Provisória n.º 198, de 24 de julho de 2012, que revoga a lei anterior e cria Mestres da Educação e Escola de Valor, através da Lei n.º 9.879, de 13 de setembro de 2012.

O Prêmio Mestres da Educação se destina aos professores que desenvolvam projetos educacionais que comprovem a melhoria no índice dos indicadores educacionais dos alunos. Já o prêmio Escola de Valor se refere a gestão das escolas e de toda a equipe escolar com o objetivo de construir um projeto para alcançar a meta proposta no IDEPB. Entre os anos de 2012 e 2018 foram lançados sete editais para o Prêmio que buscavam avaliar quatro dimensões da escola: gestão pedagógica; gestão participativa; gestão de pessoas e liderança; e, gestão de infraestrutura. As escolas vencedoras são premiadas com o 14ª salário para todos os profissionais.

Nesse contexto, a concepção da gestão gerencialista é claramente visível dentro do ambiente escolar da rede estadual de ensino, através da introdução de mecanismos de premiação, tanto para a escola quanto para o professor, que conseguir elevar os resultados de desempenho de seus alunos nos testes padronizados estipulados pela SEE/PB.

A escola passa a introduzir mecanismos de mercado e utilizar métodos de gestão inspirados na lógica empresarial, concretizada a partir de instrumentos de avaliação por resultados e de sistema de premiação. Nesse entendimento, recupera-se o argumento de Laval (2004), em que,

[...] a escola é, cada vez mais vista, como uma empresa entre outras, compelida a seguir a evolução econômica e a obedecer às restrições de mercado. A retórica gerencial se torna cada vez mais invasora, por parte dos responsáveis do mundo político e da alta administração escolar (p. 13).

Essas mudanças estratégicas implementadas na gestão da rede de ensino da educação básica paraibana, de caráter gerencialista e inspiradas na lógica empresarial, vieram a compor o cenário de abertura às parcerias público-privado na educação (PPPE), que se concretiza na tendência de privatização da educação do nosso estado. Dentre os atores privados que formalizaram tal parceria com o setor público destacamos as empresas privadas, um *pool* de empresas, institutos e fundações, e, as Organizações Sociais⁶.

Nesse contexto, o governo estadual instituiu a Lei n. 9.454, de 06 de outubro de 2011, que estabeleceu o Programa Gestão Pactuada e dispõe sobre a qualificação de Organizações Sociais. Tal medida segue a tendência dos demais entes da federação em criar seus próprios marcos legais com relação às Organizações Sociais. Inicialmente o governo da Paraíba firmou contrato de gestão pactuada na área da saúde⁷, e apenas no ano de 2017 foram firmados contratos na área da educação, conforme será discutido detalhadamente no tópico a seguir.

Ainda, deve-se pontuar que o segundo mandato do governo Ricardo Coutinho, 2015/2018, foi estruturado visando o aprofundamento da concepção de avaliação articulada à premiação. Esse movimento segue o contexto nacional com a aprovação do PNE (2014/2024) e no âmbito estadual, o Plano Estadual de Educação (PEE) implementado para vigorar entre 2015 e 2025.

⁶ Para maiores informações sobre os programas e atores privados que impulsionaram as tendências de privatização na política educacional da Paraíba consultar SOUSA JUNIOR; MOURA (2021).

⁷ No ano de 2011 a administração estadual da Paraíba aprovou duas Organizações Sociais na área da saúde: a Cruz Vermelha Brasileira para administrar o Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa e a Associação Círculo do Coração de Pernambuco para desenvolver pesquisas científicas e qualificar profissionais da rede de saúde cardiológica infantil.

A elaboração do PEE (2015/2025), uma construção sob a coordenação do Conselho Estadual de Educação (CEE), foi organizado em torno de cinco tópicos principais: 1) educação básica; 2) educação superior; 3) formação e valorização dos profissionais da educação; 4) gestão democrática da educação; e 5) financiamento da educação. Além destes, foi incluído no primeiro tópico a educação para a cultura dos direitos humanos, das relações étnico-raciais e de educação ambiental, ressaltando a diversidade, com ênfase na educação indígena e na educação escolar quilombola. Também contemplou, de forma inovadora, a educação escolar cigana, devido à presença no município de Sousa de comunidades ciganas fixadas em seu território. A partir da organização desses tópicos, o governo estabeleceu diretrizes de ações que visavam atingir a melhoria da qualidade da educação básica estadual.

Em consonância com o PEE (2015/2025), o governo cria o Plano de Metas para orientar a política de gestão da educação. Tal plano se ancorou em quatro pilares fundamentais: Democratização, Acesso, Permanência e Qualidade, e está estruturado em torno de seis eixos norteadores: Eixo I: Organização e Regulação da Educação; Eixo II: Gestão Democrática e Participativa Popular; Eixo III: Valorização dos Profissionais da Educação; Eixo IV: Universalização e Expansão da Educação; Eixo V: Gestão e Práticas Pedagógicas; e, Eixo VI: Infraestrutura e Tecnologia. Conforme o documento, para cada um desses eixos existem metas a serem cumpridas para que se alcance a melhoria da educação básica estadual.

Chama atenção no Eixo I, a Meta 5, ao ressaltar que devem ser potencializadas as ações de avaliação e monitoramento dos indicadores em todas as escolas para fortalecer o IDEPB enquanto sistema próprio de monitoramento e avaliação dos resultados. Destaca-se também, a conexão existente com a Meta 12, presente no Eixo III, que traz a necessidade de serem redefinidos e fortalecidos os programas de premiação por mérito: Mestre da Educação e Escola de Valor.

Em articulação com a proposta do Governo Federal na realização de pactos entre os entes federados para alcançar uma educação de qualidade, o governo estadual instituiu o Pacto pela Aprendizagem na Paraíba (SOMA), através do Decreto n.º 37.234, de 14 de fevereiro de 2017, entre o governo do Estado e os Municípios.

Os Municípios paraibanos deveriam aderir ao Pacto, por meio da constituição de parceria formalizada através de Termo de Compromisso a adesão ao Pacto Social

pelo Desenvolvimento da Paraíba, condicionando o município a participar do programa SOMA. As ações contempladas pelo SOMA foram:

- I. Implantação do Sistema de Gestão e Informação (SABER);
- II. Implantação de programa de Desenvolvimento Profissional – formação e certificação de gestores, sob responsabilidade do CAEd;
- III. Formação de Professores Alfabetizadores, responsabilidades das universidades públicas do Estado;
- IV. Distribuição de material didático para o ciclo de alfabetização;
- V. Avaliação de Desempenho de Estudantes da Rede Pública: realização de avaliações formativas e somativas para os estudantes do 1º ao 3º ano; e avaliações somativas para os estudantes do 5º e do 9º do ensino fundamental, sob a responsabilidade do CAEd;
- VI. Monitoramento das Ações de Alfabetização e Letramento (PARAÍBA, 2017).

A adesão de quase a totalidade dos Municípios paraibanos ao SOMA, revela a utilização, por parte do governo estadual do mecanismo de doação de objetos às redes municipais de ensino. Dentre as doações direcionadas aos Municípios, destacamos: 50 ônibus escolares com 59 lugares; 100 ônibus escolares com 24 lugares; 65.000 *kits* de mesas e cadeiras para crianças dos primeiros anos do ensino fundamental; e, 100 laboratórios de informática (atendimento de 18 alunos individualmente ou 36 alunos em duplas) para os anos iniciais e finais do ensino fundamental. Em contrapartida o Município deveria alcançar a meta projetada no IDEB (PARAÍBA, 2017).

Nesse sentido, a anuência ao SOMA significa a implantação, por parte do governo estadual, de iniciativas que contemplam ações direcionadas à alfabetização plena e ao letramento em todos os anos do Ensino Fundamental, concretizada pela concessão de apoio técnico e financeiro do governo estadual aos municípios, através da formação de gestores escolares e professores alfabetizadores, da adoção de um sistema de gestão das escolas, do monitoramento da alfabetização e da implantação da avaliação dos alunos das redes municipais, todas essas ações sob a responsabilidade do CAEd, que passa a atuar em quase todos os municípios paraibanos em diferentes iniciativas.

Isso posto, tivemos ao longo dos dois mandatos do governo de Ricardo Coutinho, a adoção de práticas gerencialistas e parcerias com atores privados na

esfera da educação básica estadual, caracterizando o gerencialismo na educação estadual.

3.2 Privatização da política educacional da Paraíba

3.2.1 Programas e atores privados na rede estadual de ensino paraibana

Os dados presentes neste tópico se baseiam na pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE), coordenada pela professora Theresa Adrião (UNICAMP)⁸, que teve como objetivo analisar a incidência de atores privados em todas as redes estaduais de educação e do Distrito Federal nas três dimensões da política educativa: oferta, gestão e currículo. A pesquisa foi realizada em duas etapas, a primeira fase efetuou um mapeamento sobre a incidência de atores privados no período de 2005 a 2015, e a segunda fase, intitulada *Análise do Mapeamento das Estratégias de Privatização da Educação Básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública*, atualizou os dados no período 2015 a 2018, aprofundando a análise em cada estado e Distrito Federal.

Para concretizar tal pesquisa, o GREPPE contou com a participação de pesquisadores e pesquisadoras de todos os estados e do Distrito Federal, ressaltando a importância de suas vivências locais e regionais. A coleta de informações acerca dos programas e atores privados no estado da Paraíba, contou com participação do professor Dr.^o Luiz de Sousa Junior.

Os programas implementados na rede de ensino estadual da Paraíba, por meio de parcerias com instituições privadas se manifestaram nas dimensões educacionais de oferta, currículo e gestão. Tais dimensões da política educacional enquadram-se, de acordo com Adrião (2017; 2021), sobre as atuais formas de privatização da educação obrigatória: privatização da oferta educacional, entendida como as formas de subsídio público à oferta privada para acesso à educação através de convênios,

⁸ Para maiores informações da pesquisa desenvolvida pelo GREPPE consultar: https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao.

Quadro 1. Atores, programas e incidência privada na rede estadual de educação da Paraíba – 2015/2018

Nome do Programa	Instituição Parceira	Dimensão	Natureza da Instituição	Etapas/ Escolaridade	Público-alvo
Google For Education	Google	Currículo	Empresa	EF/EM	Estudantes e Professores
Mente Inovadora	Mind Lab	Currículo	Empresa	EF	Estudantes e Professores
Gestão Pactuada	ECOS, INSAÚDE	Gestão	Organização Social	EI/EF/EM	Funcionários
Maratona de Tecnologias Móveis nas Escolas	UNICEF, Samsung	Currículo	Agência e Empresa	EM	Estudantes e Professores
Ciclo de Captação Funcional	ECOS, INSAÚDE	Gestão	Organização Social	EF/EM	Funcionários
Educação Socioemocional	Inteligência Relacional	Currículo	Empresa	EF/EM	Professores
Dia D da Educação Emocional e Social	Inteligência Relacional	Currículo	Empresa	EM	Estudantes
Escola Cidadã Integral	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), Instituto Natura, Instituto Sonho Grande, Itaú BBA, AeC, SKY	Currículo	Instituto e Empresa	EF/EM	Estudantes e Professores
Caminhando	Fundação Roberto Marinho	Currículo	Fundação	EF	Estudantes
Programa de Correção do Fluxo Escolar	Instituto Ayrton Senna	Currículo	Instituto	EF	Estudantes
Alumbrar	Fundação Roberto Marinho	Currículo	Fundação	EF	Estudantes
Prêmio Gestão Escolar	Instituto Unibanco	Oferta	Instituto	EF/EM	Gestores
Olimpíada de Língua Portuguesa	Fundação Itaú Social	Currículo	Fundação	EM	Estudantes e Professores

Fonte: SOUSA JUNIOR; MOURA (2021).

contratos e bolsas de estudo em instituições privadas; privatização do currículo, identificada por meio de programas relacionados à compra ou aquisição de insumos curriculares de qualquer natureza, incluindo também o formato digital, desenhos curriculares, formação em serviço, avaliação de desempenho de estudantes e atividades de enriquecimento curricular; e, privatização da gestão da educação, percebida nos processos para contratação de assessorias, transferências da gestão para instituições privadas, introdução de mecanismos de avaliação de desempenho institucional e de formas diretas ou indiretas de premiações, como bônus por produtividade aos trabalhadores da educação.

Conforme pode ser observado no quadro 1, os programas implementados no estado da Paraíba estão organizados de acordo com os parâmetros da instituição parceira, dimensão, natureza da instituição, etapas/escolaridade e público-alvo das parcerias. Percebe-se que a incidência da maioria desses programas é focada na dimensão do currículo, perfazendo um total de 10 programas. Quanto as outras dimensões, tivemos 2 programas na dimensão da gestão e 1 programa da oferta. Com relação aos atores privados que tiveram participação na educação pública estadual no período em análise, o estado da Paraíba contou com 7 empresas, 2 Organizações Sociais, 7 institutos e fundações e 1 organização intergovernamental.

Temos assim, a presença do setor privado, concretizada através das PPPE, na rede de ensino estadual em todas as dimensões da política educacional, atingindo todas as modalidades de ensino e o estado como um todo. Como pode ser percebida pelo Programa Escola Cidadã Integral, implantado na rede de ensino estadual por meio de uma parceria público-privada com uma organização sem fins lucrativos, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).

O ICE é uma organização fundada em 2003, por Marcos Magalhães, com o apoio de um grupo de empresários, inicialmente para recuperar a estrutura física do Ginásio de Pernambuco, uma instituição secular localizada na cidade de Recife, mas adquiriu novos contornos, ao assumir uma proposta de planejar e implementar um novo modelo de escola pública capaz de superar os problemas de ineficiência da educação pública⁹. Atualmente, o ICE tem como principais financiadores, na

⁹ Para maiores informações consultar o site https://icebrasil.org.br/staff_trusted/sergio-magalhaes/

atualidade: Itaú BBA, Fiat-Chrysler, Jeep, EMS, Instituto Natura, Instituto Sonho Grande, Espírito Santo em Ação, Trevo Tecnologia Social.

A escola de tempo integral, Escola Cidadã Integral (ECI), foi criada na Paraíba, a partir do Decreto n.º 36.408, de 30 de novembro de 2015 (PARAÍBA, 2015). Posteriormente a Lei n.º 11.100, de 6 de abril de 2018 (PARAÍBA, 2018), instituiu formalmente o Programa Escola Cidadã Integral como uma política de Estado, que engloba três variantes da educação em tempo integral: a Escola Cidadã Integral (ECI); a Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT); e, a Escola Cidadã Integral Socioeducativa (ECIS).

O Programa Escola Cidadã Integral tem como objetivo atuar no ensino médio de tempo integral e associado à formação profissionalizante, foi concretizada através de uma parceria público-privada entre o governo do estado da Paraíba e o ICE, que forneceu o modelo denominado de Tecnologia de Gestão Educacional (TGE). Tal modelo, que corresponde a integração de um Modelo Pedagógico e um Modelo de Gestão Empresarial, foi implantado nas instituições de ensino da rede estadual paraibana nas dimensões da oferta educacional, da gestão e do currículo, além de estar presente em todas as 14 GRE. O total de escolas contempladas com esse programa passou de 8, em 2016, para 102 escolas, no ano de 2018, representando um crescimento considerável em torno de 1.175% (SOUSA JUNIOR; MORAES, 2021).

O processo de parcerias público-privadas na rede de ensino estadual alcançou um nível considerado extremado através da gestão pactuada com as Organizações Sociais, pois de uma única vez atingiu as 652 escolas da rede estadual. Nesse sentido, optamos por descrever de forma mais detalhada essa estratégia de privatização adotada pelo governo estadual, conforme será detalhada no tópico a seguir.

3.2.2 O programa de gestão pactuada na rede de ensino estadual: atuação das Organizações Sociais ECOS e INSAÚDE

A análise desenvolvida neste tópico se baseia na pesquisa realizada por Araújo (2021) no Programa de Pós-graduação em Educação, realizada na Universidade Federal da Paraíba.

A partir da Lei n.º 9.454, de 06 de outubro de 2011, que instituiu o Programa de Gestão Pactuada e dispôs sobre a qualificação de Organizações Sociais, a Paraíba dá início a formalização das parcerias com esse tipo de instituição, inicialmente na área da saúde¹⁰, e no ano de 2017 na área da educação.

De acordo como Araújo (2021), a implantação das Organizações Sociais no nosso Estado não foi precedida de nenhum debate mais aprofundado acerca dos impactos dessa forma de gestão nas unidades escolares ou mesmo na qualidade do ensino. Tratou-se de uma decisão vertical da administração pública estadual, que já tinha adotado a mesma postura com relação aos hospitais da rede pública, que teve início no ano de 2011, mas aconteceu de uma forma gradual e não na rede como um todo, atingindo 652 unidades escolares de uma vez.

O argumento usado para convencimento da opinião pública, e da própria comunidade escolar, foi, em primeiro lugar, as relações de trabalho precarizadas de um enorme contingente de “prestadores de serviços” da SEE/PB, sendo contratados por tempo determinado, em geral correspondente ao ano letivo, com a possibilidade de recontratação nos anos subsequentes. Com a introdução das Organizações Sociais, esse contingente de trabalhadores passaria a ser regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com direito, a partir de então, aos “benefícios” da CLT, como férias remuneradas, décimo terceiro etc.

Por outro lado, esses trabalhadores sairiam da folha de pagamento do Estado, abrindo folga para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que diz respeito ao dispositivo que regula o percentual máximo de gastos com pessoal em relação à receita corrente líquida. Contudo, conforme será observado nas análises a seguir, esses trabalhadores ao serem contratados por entidades privadas, passaram

¹⁰ No ano de 2011 a administração estadual da Paraíba aprovou duas Organizações Sociais na área da saúde: a Cruz Vermelha Brasileira para administrar o Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa e a Associação Círculo do Coração de Pernambuco para desenvolver pesquisas científicas e qualificar profissionais da rede de saúde cardiológica infantil.

a ser submetidos a uma fiscalização mais rigorosa e um maior controle do trabalho realizado, ficando sujeitos, portanto, à uma maior exploração de sua força de trabalho, além de terem de cumprir uma carga horária em escala diferente dos demais trabalhadores do quadro efetivo, isto é, dos servidores estatutários.

Nesse contexto, através das parcerias público-privadas estabelecidas com as Organizações Sociais, a educação paraibana passa a celebrar contratos de gestão do Programa Gestão Pactuada, com vistas à execução dos “serviços de apoio escolar” em todas as instituições de ensino da rede estadual.

O Edital de Seleção n.º 001/2017/SEAD/SEE, teve por objeto a “Seleção pública para seleção de organização social qualificada na área de educação visando a celebração de contrato de gestão pactuada para serviços de apoio nas unidades escolares da secretaria de estado da educação”, o governo estadual, por meio da Secretaria de Estado da Administração (SEA/PB) e Secretaria de Estado da Educação (SEE/PB), firmou contrato com duas organizações sociais para atuarem na rede de ensino estadual da Paraíba.

As Organizações Sociais que ganharam a licitação e passaram a atuar na gestão da rede de ensino estadual da Paraíba, no período entre 2017 e 2018, foram a Espaço Cidadania e Oportunidades Sociais - ECOS e o Instituto Nacional De Pesquisa e Gestão Em Saúde - INSAÚDE.

A ECOS, constituída em 19 de setembro de 1997, pessoa jurídica de direito privado, qualificada como Organização Social, é uma associação sem fins lucrativos, com sede no estado do Rio de Janeiro, e têm por finalidade promover a cidadania efetiva das pessoas, especialmente aquelas com deficiência, e grupos em situações de desvantagens sociais. Isso, através da capacitação de recursos humanos, de atividades esportivas diversificadas em diferentes modalidades, promovendo a preparação, treinamento e geração de oportunidades de trabalho por meio de alocação e agenciamento de postos de trabalho.

Conta também com a realização de seminários, congressos, cursos, ciclos de debates e pesquisa, publicação, atividades sociais, esportivas e culturais em geral, visando à plena integração desses cidadãos à sociedade. Desenvolve ações científicas, ambientais, culturais, assessoria técnica, educacional, jurídica e outras com o mesmo fim, visando também a integração internacional¹¹.

¹¹ Objetivos extraídos do estatuto social da ECOS, obtidas no site <https://ecospb.org/>

O INSAÚDE, uma instituição constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, presta serviço de saúde, educação e assistência social, há mais de 50 anos. É uma instituição que obteve a qualificação como Organização Social, tendo como origem a construção do Hospital da Santa Casa Jesus Maria e José, em agosto de 1948, na cidade de Bernardino de Campos, São Paulo, fundada pelo Padre Francisco Geraldo Pedro van der Maas. O INSAÚDE passou a receber essa denominação apenas no ano de 2015 quando um grupo de gestores da área de saúde passou a integrar a direção da Santa Casa Jesus Maria e José, com o objetivo de modernizar a gestão e transformar a Organização Social em uma instituição com atuação em nível nacional. Com sede em São Paulo, desenvolve ações e serviços nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Bahia e Paraíba, e tem como finalidade a atuação em todo o território nacional nas áreas de Assistência à Saúde e Serviços Médico-Hospitalares, Assistência Social e Assistência Educacional¹².

Os primeiros contratos de gestão firmados pelo Estado da Paraíba com essas duas Organizações Sociais foram os contratos de número 061/2017 entre a SEE e a INSAUDE, e o de número 062/2017 entre a SEE e a ECOS, através desses contratos, essas instituições foram qualificadas como Organizações Sociais.

Tais contratos visavam atuar nos seguintes campos da gestão escolar: vigilância, limpeza, portaria, educação especial, inspetoria, supervisão, orientação e psicologia. Percebe-se que os contratos não ficaram restritos à gestão administrativa das escolas, mas avançaram também sobre os campos pedagógicos. Tal fato contraria a ementa do próprio Edital n.º 001/2017 SEAD/SEE ou sugere o entendimento de que atividades de suporte pedagógico se constituem meramente em serviços de apoio às escolas.

Entretanto, o que, à primeira vista, ficou de fora dos contratos foi exclusivamente a atividade docente. Esta, ao que tudo indica, foi entendida como atividade-fim de forma exclusiva, o que denota uma incompreensão acerca do papel das demais atividades pedagógicas de suporte ao ensino, sobretudo orientação e supervisão escolar. Na LDB da Educação Nacional, particularmente no Título VI, que trata dos “profissionais da educação” observa-se no artigo 61, que:

¹² Informações obtidas através do site <https://www.insaude.org.br/home>

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim;

IV – profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

e

V – profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (LDB, 2017).

Já no artigo 67 da LDB está previsto que os profissionais da educação terão acesso aos cargos públicos exclusivamente por meio de concurso de provas e títulos, seguindo o mesmo entendimento da Constituição Federal de 1988, no artigo 206, “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” (BRASIL, 1988)¹³. Assim, a contratação desses profissionais pelas Organizações Sociais agride não somente a LDB, mas a própria Constituição Federal.

Para concretizar a gestão das ações e dos serviços de apoio escolar, o Edital n.º 001/2017 SEAD/SEE, determinou a divisão da rede de ensino em quatro grupos, com dois lotes cada, visando fomentar a competição entre eles, totalizando um total de oito lotes, correspondendo, cada lote, à Gerencias Regionais de Ensinos (GREs) específicas, responsáveis, cada uma delas pela distribuição geográfica-espacial das escolas estaduais, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

¹³ Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006.

Quadro 2: Distribuição geográfica-espacial das unidades escolares contempladas com a Gestão Pactuada

Lotes	Unidades Escolares	GRE
Lote 1	85 unidades escolares	1ª GRE
Lote 2	85 unidades escolares	1ª GRE
Lote 3	58 unidades escolares	2ª, 12ª e 14ª GREs
Lote 4	57 unidades escolares	2ª, 12ª e 14ª GREs
Lote 5	83 unidades escolares	3ª, 4ª e 5ª GREs
Lote 6	83 unidades escolares	3ª, 4ª e 5ª GREs
Lote 7	101 unidades escolares	6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª GREs
Lote 8	100 unidades escolares	6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª GREs

Fonte: Edital de Seleção Pública OS Nº 001/2017/SEAD/SEE

A partir dessa distribuição geográfica-espacial das unidades escolares a INSAÚDE foi contemplada com os lotes 1, 3, 5 e 7, e a ECOS com os lotes 2, 4, 6. Para a constituição de tais lotes foram selecionadas quatro dimensões correspondentes ao: 1) perfil da unidade escolar; 2) desempenho; 3) à infraestrutura e 4) ao ensino oferecido. À cada uma dessas dimensões correspondem algumas variáveis, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 3: Dimensões e Variáveis para a Gestão Pactuada

DIMENSÃO	VARIÁVEL
Perfil da Unidade Escolar	Quantidade de salas
	Quantidade de alunos matriculados
	Custeio
Desempenho	Média de proficiência do IDEPB do 1º ano do Ensino Médio de 2016
	Média de proficiência do IDEPB do 3º ano do Ensino Médio de 2016
	Média de proficiência do IDEPB Anos Iniciais 2016
	Média de proficiência do IDEPB Anos Finais 2016
	Taxa de Aprovação 1º ano do Ensino Médio de 2015
	Taxa de Aprovação do 3º ano do Ensino Médio de 2015
	Taxa de Aprovação do 5º ano de 2015
	Taxa de Aprovação do 9º ano de 2015
	Nota do IDEB Anos Iniciais 2015
	Nota do IDEB Anos Finais 2015
Proporção de equipamentos Adequados	Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Infraestrutura	Refeitório
	Sala de Leitura
	Banheiro com acessibilidade
	Área verde
	Biblioteca
	Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida
	Laboratório de ciências
	Laboratório de informática
	Auditório
	Quadra de esportes
	Pátio
	Laboratório de matemática e/ou robótica
	Ensino Oferecido
Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano)	
Ensino Médio	
Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)	
Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano)	
Ensino Fundamental (1º ao 9º) Ano e Ensino Médio	
Exclusivamente Educação de Jovens e Adultos	
Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano) e Ensino Médio	

Fonte: Edital de Seleção Pública OS Nº 001/2017/SEAD/SEE

De acordo com o Edital de seleção n.º 001/2017 SEAD/SEE, o critério para a escolha dessas variáveis, em cada dimensão, era para que cada grupo captasse as características específicas das diferentes regiões da Paraíba, identificando escolas semelhantes, com características homogêneas em cada grupo, e, heterogêneas em relação aos outros grupos. Pretendia-se com isso, garantir o equilíbrio e estimular a competição administrada em cada grupo, um dos princípios norteadores da reforma do Estado no país e constante no PDRAE (BRASIL, 1995).

Os grupos foram formados de acordo com critérios específicos. Assim, cada lote tem características específicas como matrículas, salas, servidores efetivos de apoio, IDEB, IDEPB, taxa de aprovação e taxa de abandono. Portanto, pode-se verificar uma concepção de gestão padronizadora das escolas, a partir do contrato de gestão, com forte ênfase para os resultados dos exames externos, a exemplo do

IDEB, associado ao IDEPB, implementado em 2012 pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF)¹⁴.

Verifica-se, deste modo, que os sistemas de avaliação externa se constituem em um dos pilares da política educacional fundamentada nos princípios da Nova Gestão Pública (NGP), tendo como parâmetro a lógica empresarial, não apenas para aferir desempenho, mas também para ampliar os espaços de competição entre escolas, docentes e alunos, visto que a rede estadual de ensino da Paraíba desenvolve projetos específicos de premiação de docentes e alunos, com base no critério de meritocracia, como foi visto no tópico anterior.

O acompanhamento dos indicadores de desempenho pode se constituir em critério para o cancelamento ou renovação dos contratos, pois, como será visto nas análises posteriores, um dos fatores para o cancelamento da gestão pactuada com a Organização Social é o cumprimento dos indicadores e das metas estabelecidas no Edital de seleção n.º 001/2017 SEAD/SEE.

Para desempenhar as suas atribuições, a Organização Social contratada deve, durante a vigência do Contrato de Gestão, atender os seguintes compromissos: suporte à educação inclusiva; suporte pedagógico; acompanhamento pedagógico do aluno; suporte ao professor; gestão dos espaços pedagógicos; suporte ao secretariado; gestão de RH; manutenção; gestão de estoques; alimentação; limpeza; segurança; suporte de TI; prestação de contas e gestão financeira.

Para realizar tais compromissos de serviços de apoio escolar, as Organizações Sociais devem implementar uma série de ações, envolvendo um amplo campo de atuação, que incluem desde a garantia do apoio pedagógico, a mediação de conflitos entre os alunos e o apoio ao docente nas estratégias de ensino-aprendizagem e de avaliação, até questões relacionadas ao suporte de equipamentos multimídia de ensino, equipamentos audiovisuais, acompanhamento do cardápio escolar, controle de qualidade da merenda escolar e a manutenção da infraestrutura física, logística e funcionamento do desenvolvimento das atividades escolares, evidenciando a necessidade, por parte de tais instituições, de um domínio em vários campos de conhecimento, conforme está previsto no Edital de seleção n.º 001/2017 SEAD/SEE .

¹⁴ Para consulta sobre o IDEPB, deve-se acessar o sítio eletrônico: <http://www.avaliacaoparaiba.caedufjf.net/>.

A avaliação do cumprimento das metas do contrato de gestão será feita por uma Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação (CAMAOS) determinada pela SEE/PB e que terá como objetivo gerar informações relevantes sobre o desempenho das Organizações Sociais que sejam apropriadas ao processo decisório com fins de promover aprendizado, transparência e responsabilização¹⁵.

Nesse sentido, as informações geradas pelas Organizações Sociais visam produzir conhecimentos sobre as boas práticas e subsidiar decisões para fortalecer a implantação do modelo de gestão escolar em parceria, conforme previsto no Edital de seleção n.º 001/2017 SEAD/SEE. A base para o controle estratégico da CAMAOS será estruturada em relatórios e eventos periódicos, e contarão com os seguintes indicadores: 1. Integração de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; 2. Índice de satisfação do AEE; 3. Alunos infrequentes acompanhados; 4. Índice de Clima Escolar (ICE); 5. Índice de satisfação do Atendimento ao Público; 6. Escolas com dados atualizados; 7. Escolas com acesso à internet; 8. Índice de satisfação da Merenda Escolar (IME); 9. Índice de Equilíbrio Financeiro (IEF); 10. Índice de Suporte de TI; 11. Índice de Limpeza; 12. Índice de Manutenção; 13. Índice de Segurança Escolar; 14. Sistema Estadual de Avaliação da Educação da Paraíba – Avaliando IDEPB; 15. Realização da manutenção predial preventiva; 16. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva; 17. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva; 18. Realização da manutenção preventiva de TI; 19. Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI; 20. Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI; 21. Acordo de Nível de Serviço de limpeza.

Com o intuito de potencializar a execução do projeto educacional da SEE/PB, a CAMAOS deverá sistematizar as informações coletadas e/ou disponibilizadas pelas Organizações Sociais, em ciclos de natureza temporal: bimestral, semestral e anual. Em cada ciclo serão avaliados os seguintes indicadores:

- **Bimestral:** Alunos infrequentes acompanhados, Escolas com acesso à internet, Índice de satisfação do Atendimento ao Público e Acordo de Nível de Serviço de limpeza;

¹⁵ Para maiores informações sobre o acompanhamento das Organizações Sociais pela CAMAOS, consultar Araújo (2021).

- **Semestral:** Índice de satisfação do AEE, Escolas com dados atualizados, Índice de satisfação da Merenda Escolar – IME, Índice de Suporte de TI, Índice de Limpeza, Índice de Manutenção, Índice de Segurança Escolar, Índice de Equilíbrio Financeiro – IEF, Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva, Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva, Prazo de atendimento de chamados para manutenção corretiva de TI e Prazo de solução dos problemas na manutenção corretiva de TI.
- **Anual:** Integração de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, Índice de Clima Escolar (ICE), Realização da manutenção predial preventiva, Realização da manutenção preventiva de TI e Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba - Avaliando IDEPB.

Esses indicadores foram organizados em grupos, tendo cada grupo um peso específico, de acordo com sua importância relativa no contexto da sistemática de avaliação, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 4: Peso dos grupos de indicadores na nota global da avaliação da Organização Social

Indicadores/Grupos		Peso
IN1	AEE, suporte pedagógico e desempenho escolar	40%
IN2	Suporte administrativo	20%
IN3	Acordo de Nível de Serviço (ANS)	35%
IN4	Índice de Equilíbrio Financeiro (IEF)	5%

Fonte: Edital de Seleção Pública n.º 001/2017/SEAD/SEE.

A partir da atribuição individual da nota para cada indicador e/ou meta, referente a cada unidade de ensino, será realizado a média aritmética do conjunto de unidades escolares por grupo avaliado para cada Organização Social, e essa nota será multiplicada pelo peso atribuído ao grupo. Na etapa final, as notas ponderadas serão somadas e seu total será dividido por dez, resultando numa nota final, correspondendo a uma nota conceito. E esta nota conceito servirá de parâmetro para conduzir a Organização Social à renovação ou não da parceria, e até mesmo a sugestão de desqualificação da mesma, conforme pode-se visualizar no quadro a seguir.

Quadro 5: Pontuação global, conceito e seus impactos na gestão das Organizações Sociais

PONTUAÇÃO	CONCEITO	IMPACTO
9,1 a 10 pontos	A – ÓTIMO	Aprovado – Sugestão de Renovação
8,1 a 9,0 pontos	B – MUITO BOM	Aprovado – Sugestão de Renovação
7,1 a 8,0 pontos	C – BOM	Aprovado – Sugestão de Renovação
5,1 a 7,0 pontos	D – SATISFATÓRIO	Aprovado – Passível de Renovação após diagnóstico conjunto
4,1 a 5,0 pontos	E – RUIM	Reprovado – Não renova o Contrato
< 4,0 pontos	F – INSUFICIENTE	Reprovado – Não renova o Contrato Sugestão de Desqualificação

Fonte: Edital de Seleção Pública n.º 001/2017/SEAD/SEE.

Dessa forma, essa nota conceito além de servir como parâmetro para renovação ou não da Organização Social, será utilizada para indicar o grau de cumprimento das metas e obrigações contratuais da mesma.

Dentre os indicadores em que os contratos de gestão pactuada com as Organizações Sociais foram avaliados, destaca-se o Avaliando o IDEPB, que considera as metas de desempenho alcançadas por escolas. Como pode ser observado no quadro n.4, esse indicador está situado na parte de maior peso (40%) na matriz de avaliação da gestão pactuada, ressaltando a importância da avaliação de desempenho educacional dentro da perspectiva gerencialista da gestão da educação implementada em nosso Estado.

Outro aspecto relevante na gestão pactuada implementada nas escolas estaduais paraibanas, refere-se a forma de remuneração do corpo técnico e diretivo da Organização Social, que contará com uma parcela mensal fixa, da ordem de 70%, e outra parcela mensal variável, vinculada ao cumprimento das metas, correspondendo ao percentual de 30%. Sendo assim, em todo período subsequente à avaliação periódica até a realização de uma nova avaliação, a Organização Social só conseguirá a liberação da parte variável conforme os percentuais atingidos de acordo com a pontuação global que será atingido pela respectiva Organização Social. De acordo com o Edital n.º 001/2017/SEAD/SEE, esses percentuais variam entre 1%, para uma pontuação global de 7,1 até 30%, se a pontuação chegar a 10.

Na prática, as instituições de ensino devem alcançar as metas determinadas no contrato de gestão pactuada, para que o corpo técnico e diretivo das Organizações Sociais garanta o pagamento integral de seus salários. Nesse sentido, as Organizações Sociais terão que responder não apenas por metas administrativas, mas também por metas de desempenho através do rendimento dos discentes em testes padronizados, como é o caso do IDEPB. Esse fato pode levar, inevitavelmente, a uma maior interferência da Organização Social sobre o trabalho pedagógico das escolas, e resultar em conflitos quanto aos objetivos do Projeto Político-Pedagógico das escolas e aos interesses imediatos da Organização Social e do seu corpo dirigente (ARAÚJO, 2021).

A prática de atrelar o desempenho do rendimento dos alunos em testes padronizados ao recebimento do salário integral da parte diretiva e técnica das Organizações Sociais, é a mesma lógica presente na rede de ensino estadual paraibana direcionada aos profissionais efetivos, no que diz respeito aos prêmios presentes nas escolas, que no caso específico recebem um mês a mais de salários.

A obrigatoriedade da educação e a vinculação de recursos para o ensino esteve presente nas constituições brasileiras¹⁶. Com relação à questão que envolve a contratação de Organizações Sociais, a questão sobre a transferência de recursos públicos para o setor privado se torna mais evidente. Esse foi um dos temas centrais presente nas disputas envolvendo as políticas educacionais desde os anos de 1930 até os dias atuais. O fato, porém, é que as mudanças ocorridas na legislação brasileira a respeito deste assunto sempre permitiram encontrar uma maneira de admitir brechas para essas transferências.

Nesse contexto, a Tabela 1 mostra a estimativa de desembolso de verbas públicas da rede estadual de ensino para cada lote, correspondendo a atuação das duas Organizações Sociais no nosso Estado.

¹⁶ O retrospecto histórico da política de vinculação de recursos para a educação presente nas constituições brasileiras e na LDBEN está detalhado em SOUSA JUNIOR (2015).

Tabela 1: Levantamento de desembolso estimado por lote em reais

Lotes	Folha de apoio R\$	Manutenção e pequenas reformas R\$	Despesas gerais R\$	Total das Despesas R\$	Matrículas	Custo/ Aluno R\$
Lote 1	1.048.403,83	108.164,48	172.678,50	1.329.246,81	46.168	28,79
Lote 2	1.128.769,20	126.823,99	202.467,36	1.458.060,55	45.642	31,95
Lote 3	757.167,54	67.659,69	108.014,88	932.842,11	28.245	33,03
Lote 4	697.617,59	72.059,08	115.038,27	884.714,94	28.608	30,93
Lote 5	1.000.981,32	134.560,86	214.818,83	1.350.361,01	49.014	27,55
Lote 6	959.686,62	121.059,26	193.264,30	1.274.010,18	44.458	28,66
Lote 7	1.221.937,70	131.981,90	210.701,68	1.564.621,28	35.939	43,54
Lote 8	1.199.578,82	133.802,34	213.607,91	1.546.989,07	37.112	41,68
TOTAL	8.014.142,62	986.111,60	1.430.591,73	10.340.845,95	315.186	32,81

Fonte: Edital de Seleção Pública n.º 001/2017/SEAD/SEE.

Esses valores foram calculados com base no levantamento dos gastos com escolas estaduais tomando como referência o ano de 2016, e atualizado com os dados de gasto com pessoal em março de 2017. Os demais valores foram estimados a partir dos valores de 2016 ajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado de 6,29% e pelo IPCA projetado para 2017 e 4,60%, presente no Relatório Focus emitido pelo Banco Central. Os valores de manutenção e despesas gerais foram divididos pelo número de salas de aula na rede estadual de ensino em 2016. A partir dos valores de custo por sala e da folha salarial de cada escola foram calculados o desembolso total e o custo/aluno de cada lote (Edital n.º 001/2017/SEAD/SEE).

Nesse sentido, a assinatura do contrato estabelecido com a SEE/PB visa desenvolver ações e serviços de apoio escolar em unidades escolares integrantes, para implantação e implementação de Políticas Administrativas no âmbito educacional nas unidades escolares. O contrato de gestão pactuada tem um prazo de vigência de 24 meses, contados a partir de sua outorga, podendo ser renovado por igual período.

Em termos de repasse de recursos financeiros, temos que, com relação aos lotes 1, 3, 5 e 7, que correspondem à atuação da INSAÚDE, o contrato de gestão pactuada de n.º 61/2017, estabeleceu o valor global estimado em R\$ 146.291.970,44,

com prazo de vigência de 24 meses. E, em 05 de novembro de 2018 foi assinado um termo aditivo no valor de R\$ 163.722.534,73.

Já com referência aos lotes 2, 4 ,6 e 8, cuja atuação é da ECOS, foi contratualizado um valor de R\$ 146.574.844,08, estabelecido através do contrato de gestão pactuada n.º 062/2017, com prazo de vigência de 24 meses. E, também foi assinado um termo aditivo em 05 de novembro de 2018 no valor de R\$ 163.789595,07.

Considerando que, em 2017, as receitas do Fundeb¹⁷, da rede estadual da Paraíba, foram de R\$ 922.887.117,41 e multiplicando este valor por dois, correspondente a 24 meses, o gasto médio em relação ao Fundeb resultaria em 12,73% das receitas estimadas do fundo. Este valor refere-se ao segundo maior grupo de despesas, abaixo apenas dos gastos alusivos ao pagamento dos profissionais da educação.

A partir desses valores informados, fica evidente uma expressiva transferência de recursos públicos para a esfera privada, pois, observamos a magnitude das transferências realizadas para as duas Organizações Sociais, um total de mais de R\$ 327 milhões. Nesse sentido, comprovamos o fato de que o programa de gestão pactuada é considerado uma estratégia de privatização da educação pública do estado da Paraíba.

¹⁷ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) corresponde à parcela de recursos vinculados à educação que são redistribuídas às redes estaduais e municipais de um estado com base no número de matrículas multiplicado pelo custo-aluno. Para o ano de 2017, a Paraíba recebeu o equivalente a R\$ 922.887.117, segundo dados obtidos junto ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscamos compreender as configurações do público e do privado concretizadas na educação básica do estado da Paraíba, no período das duas gestões do governo de Ricardo Coutinho (2011/2014 – 2015/2018) e a sua consequente tendência de privatização na política educacional, destacando a gestão das escolas estaduais para as Organizações Sociais.

No intuito de responder à questão de pesquisa: “Como o governo de Ricardo Coutinho (2011/2018) optou pela implementação de políticas que impulsionaram a processo de privatização na esfera da educação básica em nosso Estado?”, partimos do entendimento da dicotomia entre o público e o privado na efetivação da política educacional para compreender a atuação do governo estadual, que utilizou-se de uma gestão gerencialista dentro do ambiente escolar da rede de ensino. Salientamos que a efetivação desse processo trouxe como consequência a introdução de mecanismos de mercado dentro das escolas, que passaram a utilizar métodos de gestão inspirados na lógica empresarial, concretizadas a partir de instrumentos de avaliação por resultados de sistema de premiação.

Constatamos, após uma pesquisa documental que o governo estadual, pautado nas diretrizes gerenciais da Nova Gestão Pública passa a implementar parcerias público-privadas e processos de privatização na esfera educacional e identificamos uma série de atores privados e programas presentes nas dimensões educacionais da oferta, do currículo e da gestão. Dentre os atores privados que formalizaram tal parceria com o setor público destacamos as empresas privadas, um *pool* de empresas, institutos e fundações, e, as Organizações Sociais.

Nesse contexto, ressaltamos o programa de maior relevância em termos de abrangência, a gestão pactuada com o ator privado representado pelas Organizações Sociais. O governo do estado da Paraíba, a partir de 2017, por meio da Secretaria de Estado da Administração e da Secretaria de Estado da Educação, implementou a gestão de suas 652 unidades escolares através de duas Organizações Sociais: a Espaço Cidadania e Oportunidades Sociais (ECOS) e o Instituto Nacional de Pesquisa

e Gestão em Saúde (INSAÚDE), para atuarem junto às escolas estaduais da Paraíba, ou seja, a educação estadual passou a ser gerida por instituições privadas.

De modo geral, os resultados alcançados com a pesquisa revelaram que as parcerias público-privadas presentes no mercado educacional nacional e estadual representam a redução da participação do Estado na esfera educacional, mas em contrapartida, sua atuação se efetiva através de expressivas transferências financeiras para as instituições privadas.

Nesse sentido, as mudanças estratégicas implementadas na gestão da rede de ensino da educação básica paraibana, de caráter gerencialista e inspiradas na lógica empresarial, vieram a compor o cenário de abertura às parcerias público-privado na educação, que se concretiza na tendência de privatização da educação do nosso estado. E que esse processo de privatização ocorrido no mercado educacional, sob o pretexto de alcançar a eficiência da qualidade da educação, segue a tendência de adequar a gestão educacional à ideologia neoliberal imposta pelas autoridades nacionais.

Diante de todos esses elementos, ressaltamos a importância da compreensão da relação público-privada no contexto da educação nacional, especificamente na educação paraibana, para entender a efetivação do processo de privatização da educação básica. Sendo assim, destacamos a pertinência desse estudo para os estudantes e profissionais da educação, como uma forma de contribuir e despertar o sentimento de resistência ao processo de privatização da educação básica e a consequente transformação das escolas em empresas públicas inspiradas na lógica do mercado.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. *O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente*. Cadernos ENAP, n.10. Brasília-DF, 1997.
- ADRIÃO, T. A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. In: ARAÚJO, L; PINTO, J. M. R (Orgs). *Público x privado em tempos e crise*. São Paulo: Fundação Lauro campos e Fineduca. 2017. p.16-37.
- ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.
- ADRIÃO, T. e PERONI, V. L.(orgs.) *O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade*. São Paulo: Xamã, 2005.
- ADRIÃO, T. e PERONI, V. M. V. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.esforce.org.br> Acesso em:15 mar. 2020.
- AFONSO, J. A. Protagonismos instáveis dos princípios de regulação e interfaces público/privado em educação. *Educação & Sociedade.*, v. 31, n. 113, p. 1137-1156, out-dez, 2010. Acesso em 25 mar. 2019.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ARAÚJO, A. C. C. *Organizações Sociais e gestão escolar nas escolas estaduais da Paraíba*. 2021. 530f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.
- BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 29 ago. 2021.
- BRASIL. Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010. Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1o do art. 2o da Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República, 1995.

BRESSER PEREIRA, L. C. *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1998.

BRESSER PEREIRA, L. C; GRAU, N. C. Entre o estado e o mercado: o público não-estatal. In. *O Público Não-Estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 15-48.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política*. ed. 14. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COSTA, F. L. *Reforma do Estado e contexto Brasileiro: crítica do paradigma gerencialista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

COSTA, M. O.; DOMICIANO, C. Austeridade fiscal, autoritarismo e política educacional: as mudanças legislativas na gestão democrática do sistema estadual de ensino e da escola pública de Mato Grosso. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, e70086, 2020.

CURY, C. R. J. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA, M. A. M. (org.). *Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2005.

DE PLÁCIDO e SILVA. *Vocabulário Jurídico*. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

DOURADO, L.; BUENO, M. O público e o privado na educação. In: *Políticas e gestão da educação (1991-1997)*. Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001.

FERNANDES, R. C. *Privado porém Público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público da educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n.119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Pensadores).

GIDDENS, A. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia*. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAYEK, F. A. von. *O caminho da servidão*. Tradução de Leonel Vallandro. 2. ed. São Paulo: Globo, 1977.

JARDIM, M. C.; SILVA, M. R. Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo? São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Londrina: editora Planta, 2004.

LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

MARINE, C. *Gestão Pública: o debate contemporâneo*. Fundação Luís Eduardo Magalhães. Salvador: FLEM, 2003 (Cadernos FLEM, 7)

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2003.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MORAES, R. C. C. *Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?* São Paulo: SENAC, 2001.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção estatal*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTTA, P. R. M. O estado da arte da gestão pública. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 53, n. 1, p. 82-90. jan/fev 2013.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012.

OLIVEIRA, D. A. Nova Gestão Pública e Governos Democrático-Populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, jul./set., 2015.

OLIVEIRA, R. P. Educação Pública e Privada na Constituição Federal de 1988. In: PERONI e ADRIÃO (organizadoras). *O público e o privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade*. São Paulo: Xamã, 2005.

PARAÍBA. *Lei 9.454 de 6 de outubro de 2011*. Institui o programa de gestão pactuada, dispõe sobre a qualificação de Organizações Sociais e dá outras providências. Paraíba: Diário Oficial do Estado, 6 de outubro de 2011. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-saude/arquivos-1/legislacao/lei-9454.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

PARAÍBA. *Edital de Seleção Pública OS Nº 001/2017/SEAD/SEE*. Seleção pública para seleção de Organização Social qualificada na área de educação visando a celebração de contrato de gestão pactuada para serviços de apoio nas unidades escolares da secretaria de estado da educação. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/secretaria-da-saude/arquivos/legislação/edital-001/2017.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PARAÍBA. Plano Estadual de Assistência Social da Paraíba (2020-2023). Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH), Diretoria do Sistema Único de Assistência Social (DSUAS). Paraíba, 2020. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-desenvolvimento-humano/arquivos/peas-2020-2023>. Acesso em: 18 ago. 2021.

PARAÍBA, Secretaria de Estado de Educação. *Plano de Metas Educação Paraíba 2015 – 2018*. 2015. Disponível em: [https://www.avaliaoparaiba.caedufjf.net/wp-content/uploads/2015/07/2015/Plano-de-Metas-Educação-Paraiba-ORIENTAÇÕES..pdf](https://www.avaliaoparaiba.caedufjf.net/wp-content/uploads/2015/07/2015/Plano-de-Metas-Educação-Paraiba-ORIENTAÇÕES.pdf). Acesso em: 10 jul. 2021.

PERONI, V. M. V. Conexões entre o público e o privado no financiamento e gestão da escola pública. *ECCOS: Revista Científica*. Vol. 8, p. 111-132, jan./jun., São Paulo, 2006.

PERONI, V. M. V.; ADRIÃO, T. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. IN: ADRIÃO, Theresa, PERONI, Vera (Orgs). *Público e privado na educação. Novos elementos para o debate*. São Paulo: Xamã, 2008.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 121, pp. 1133-1156, out-dez. 2012.

SAVIANI, D. *Política e educação no Brasil*. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, J. R. *As novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção*. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, A. F. *et al.* A política educacional para a educação básica no estado da Paraíba (2011-2018). In.: DUARTE, A. M. C.; RODRIGUES, C. M. L.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.) *A política educacional em contexto de desigualdade*. Uma análise das redes públicas de ensino da região Nordeste. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

SOUSA JUNIOR, L.; MOURA, S. A. TENDÊNCIAS DE PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: atores e programas privados na rede educacional do estado da Paraíba (2015/2018). In: Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018). Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil. Vol 3. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

SOUZA, S. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. Políticas de avaliação no Brasil e quase mercado no Brasil. *Educação & Sociedade*. Campinas, vol. 24, n. 84, p. 873-895, setembro 2003.

VERAS, C. L. M. V. *et al.* Pacto pelo desenvolvimento social da Paraíba – contrapartida solidária. Transformando a relação do governo estadual com os municípios e a realidade do povo paraibano. Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-13-03.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2021.